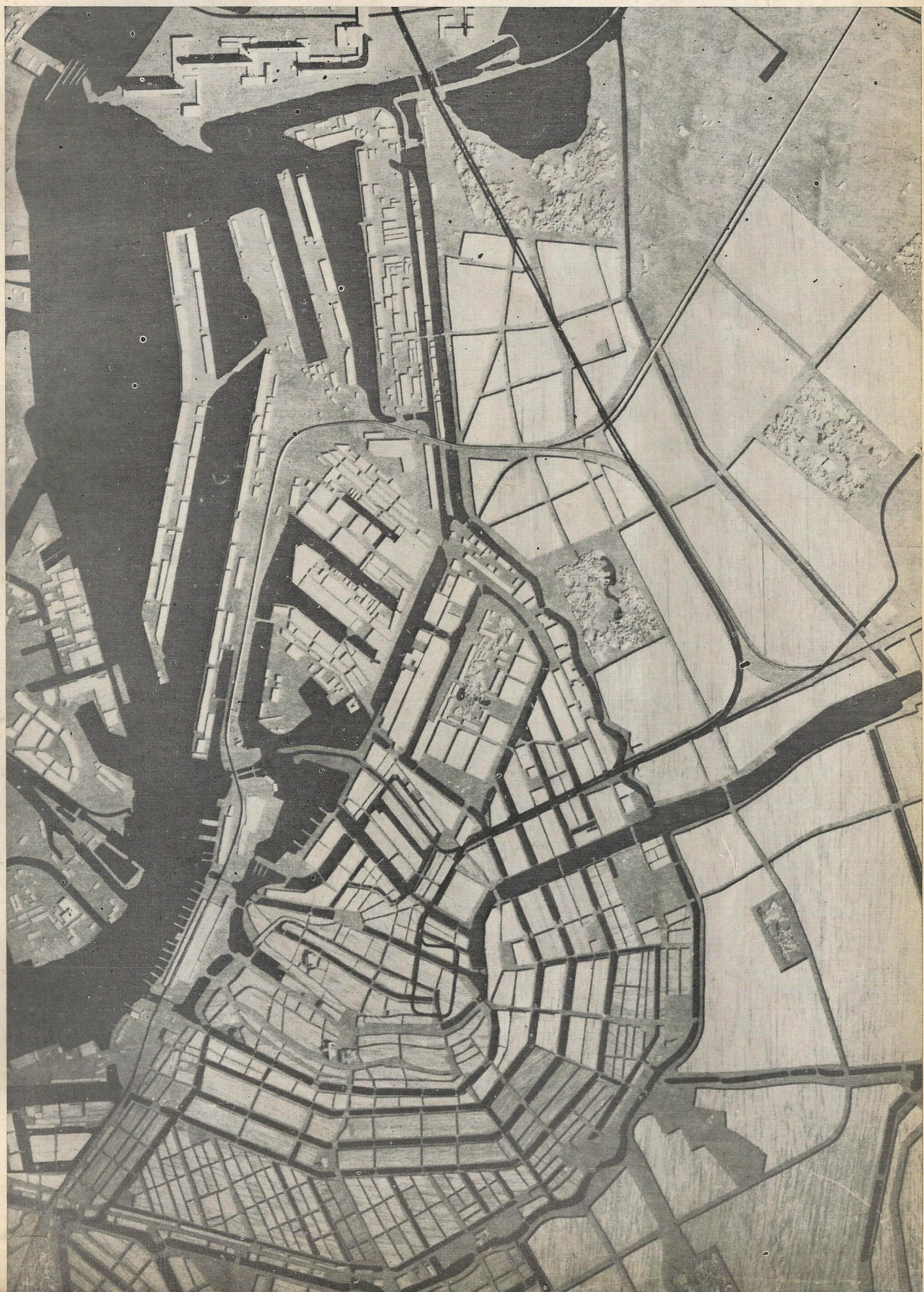
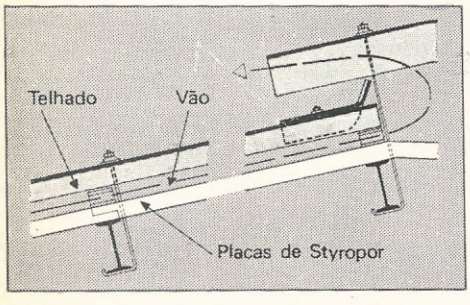
69

Março/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil





Constituída por milhões de micro-células de ar aprisionado, sòmente a espuma rígida de STYROPOR garante as extraordinárias características destas placas, recomendadas ainda, para a cobertura de lajes. Coeficiente de condutibilidade térmica: 0,023 kcal/mh°C (I.P.T. nº 174.363). Extremamente leves, são fornecidas em vários pesos específicos, desde 13 a 25 k/m^3. Possuem estabilidade térmica até 85°C. Não absorvem umidade, não mancham, não envelhecem, não apodrecem nem criam môfo. Fáceis de serem aplicadas. Na própria obra podem ser cortadas, serradas ou fresadas.

STYROPOR®
Matéria prima produzida pela
IDRONGAL
Cia. de Produtos Químicos
Guaratinguetá - Est. de São Paulo
e distribuída pela
QUIMICOLOR
Cia. de Corantes e Produtos Químicos
São Paulo - Rio de Janeiro
Pôrto Alegre - Recife

Solicite mais informações sôbre as placas de STYROPOR e seus fabricantes à QUIMICOLOR - C. Postal 5187 - São Paulo

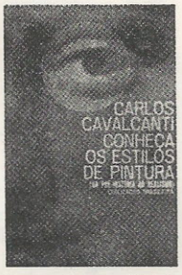
® - Marca Registrada.

A VERDADE DE NIEMEYER

O genial criador de Brasília narra as experiências que colheu nos últimos e conturbados anos da vida brasileira. É o depoimento do homem sôbre tempos de esperança, humilhação e perseguição; é a experiência do artista explicada e ilustrada pelos mais recentes projetos que êle criou

QUASE MEMÓRIAS: VIAGENS
de Oscar Niemeyer

de Carlos Cavalcanti:



CONHEÇA OS ESTILOS DE PINTURA

HISTÓRIA DAS ARTES N.º 1

Dois livros básicos para iniciar o leitor no mundo da criação plástica. Nêles, o professor Carlos Cavalcanti descreve os caminhos da pintura, das figuras primitivas das cavernas às grandes obras do realismo, e a evolução das artes plásticas: pintura, escultura, arquitetura e artes decorativas, desde a pré-história até a Renascença.

TRÊS LANÇAMENTOS DA

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

R. 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB.
ATENDE-SE A PEDIDOS PELO REEMBÔLSO POSTAL

M L MAGALHÃES
ind. e com. de moveis ltda.

AV. RIO BRANCO 156, SOBREL. 221
TEL. 32 05 00
RUA BARATA RIBEIRO 450-C
TEL. 37 32 88
RUA BARATA RIBEIRO 636-A
TEL. 57 93 31
RUA CONDE DE BONFIM 190-A
TEL. 28 96 52

● Salvador/66 — VI Congresso do IAB

Estou recebendo o n.º 53 de ARQUITETURA dedicado ao VI Congresso e à Bahia. Quero agradecer-lhe e ao Alex a receptividade e o estímulo que tem dado a minha colaboração. (...) Infelizmente não se encontra nas bancas de jornais de Salvador a revista do IAB, de tal modo que ficaria grato se V. me enviasse alguns números ou separatas da mesma.

Imagino o trabalho e a dificuldade que constitui a confecção de uma revista do padrão técnico da nossa, mas Vs. tem conseguido manter êste padrão, apesar do insucesso de outras publicações do mesmo gênero.

Arquiteto Paulo de Azevêdo, IAB-BA
Av. EE UU, n.º 27, 10.º andar
s/1005. — Salvador — BA.

As revistas V. já as deve ter recebido, pois atrasamos um bocado a retomada dêsse nosso diálogo. Agradecemos suas referências Paulo, mas o caso é que se não fôsse a atuação de colegas como V. sempre dispostos a enviar colaboração não teríamos conseguido trazer ARQUITETURA até aqui.

● Cachoeira Paulista

A União Cachoeirense de Acadêmicos é uma entidade civil com sede na comarca Cachoeira Paulista, composta única e exclusivamente por acadêmicos e pós-graduados, e que tem por fim precípuo estimular as atividades estudantis, culturais, esportivas, filantrópicas, etc.

Sua primeira obra de vulto na cidade foi conseguir da Câmara e Prefeitura Municipal a criação e instalação da Biblioteca Municipal, necessidade de há muito sentida pela classe estudantil. À União coube a administração da referida biblioteca. E, assim sendo, apelamos no sentido de que nos sejam enviada a vossa revista ARQUITETURA.

Antônio Gomes Neto, presidente.
Biblioteca Municipal:
Rua Marechal Deodoro, s/n.
Cachoeira Paulista — SP

Incluimos a Biblioteca Municipal de Cachoeira, no arquivo da revista para recebimento regular.

Goiás tem Topografia e Planejamento Urbano como divisão

Estando êste departamento interessado em enriquecer a biblioteca de sua divisão de topografia e planejamento urbano, no que diz respeito a planejamento e urbanismo, vimos solicitar a gentileza de nos enviar mensalmente e, se possível, os números atrasados, a revista ARQUITETURA, órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Arquiteto Idamar Siqueira Gouveia
Diretor do D.T.
Departamento Estadual de Saneamento
Govêrno de Goiás
Goiânia — GO.

Incluímos o D.T. no arquivo de ARQUITETURA, embora tenhamos estranhado um bocado uma Divisão que é de topografia e planejamento urbano e que está subordinada, por sua vez, a um Departamento Estadual de Saneamento. É claro, Idamar, que se a coisa assim funciona bem, tudo está perfeito. E aqui estamos para colaborar no que fôr possível.

● ARQUITETURA para o IPEA

Como coordenador do setor de Desenvolvimento Urbano do escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão do Ministério do Planejamento, e interessado na sua revista ARQUITETURA, solicito a V. Sa. incluir nosso escritório em sua lista de distribuição regular.

Engenheiro Rubens Mattos Pereira
Coordenador do Setor Desenvolvimento Urbano do EPEA.
Rua Melvin Jones, n.º 28
Rio de Janeiro — GB

Atendido.

● ARQUITETURA para FAU de Brasília

Solicito-lhes, por obséquio, as gentis providências de VV. SS. no sentido de concretizar 20 (vinte) assinaturas da revista mensal do Instituto de Arquitetos do Brasil — cujo padrão é motivo de orgulho para nós — em favor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo desta universidade.

Adalberto Acioli
Secretário Executivo da FAU
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília
Brasília — DF

EMBAIXADAS EM BRASÍLIA

Número Especial

ARQUITETURA prepara para o mês de julho próximo um número especial sôbre o Palácio dos Arcos (nôvo Ministério das Relações Exteriores), as Embaixadas já construídas em Brasília e os projetos concluídos.

Infelizmente não foi possível atender, integralmente, a solicitação da FAU-UNB, mas aumentamos o possível no envio que já fazemos à FAU.

● ARQUITETURA desperta estudante em Juiz de Fora

Tive o prazer de ler há alguns dias, um dos números da revista ARQUITETURA e isto me deixou muito bem impressionado e satisfeito por têrmos em edição no Brasil uma revista de tão elevado gabarito. Pelo seu conteúdo, vi que são obras de grande valor e senti não ter despertado há mais tempo, para esta difusora do progresso arquitetônico, brasileiro e mundial.

Como estudante de engenharia civil, tenho feito alguns trabalhos que, até então julgava bons. Confesso que, em face desta revista, divisei muita coisa a aprender ainda no ramo. Seria para mim, portanto, de grande utilidade se pudesse, daqui por diante, receber a revista ARQUITETURA.

Antônio Carlos Côrtes
Rua Severiano Sarmento, 488/202
Passos — Juiz de Fora — MG.

● Bibliografia de ação comunal

Tendo visto o n.º 62 da revista ARQUITETURA, com o arquiteto Germano Ignácio da Silva, desta cidade, e tendo os artigos referentes ao Plano Habitacional solicito a V. S. que, dentro das disponibilidades do IAB, me envie o n.º 62 e todos os demais anteriores e posteriores que versarem sôbre o referido tema.

Sou assistente social da COHAB-MT, lotada na cidade de Campo Grande, e me será de grande valia apreciar o ponto de vista dos senhores arquitetos que vem coincidindo com o nosso.

Parabenizo-os por estarem acompanhando e divulgando o processo social comunitário porque passa o Brasil e o mundo. Gostaria muito se pudessem me enviar os endereços dos locais onde poderei encontrar exemplares da bibliografia inserida no n.º 62.

Raimunda Luzia de Brito
Rua 7 de Setembro, 917
Campo Grande — MT.

Remetemos pelo correio os números 62 e 63 de ARQUITETURA nos quais reproduzimos o trabalho "Ação comunal aplicada às áreas urbanas da América Latina" do Prof. Francis Violich. Encontrar as obras citadas na bibliografia do Prof Violich, aí em Campo Grande, talvez não seja tarefa das mais simples. Sugerimos, no entanto a RLB, além da consulta às bibliotecas e livrarias mais à mão, que se dirija diretamente aos editôres, (principalmente quando se tratar de publicações produzidas por organizações internacionais ou organismos oficiais, brasileiros ou estrangeiros). Informamos ainda a RLB, que seu nome foi incluído entre os que recebem regularmente ARQUITETURA.

● Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública

Com a finalidade de atender as exigências bibliográficas dos cursos ministrados na Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, vimos por intermédio dêste, consultar. V. Sa. sôbre a possibilidade de serem doados, periòdicamente a esta fundação, dois exemplares da conceituada revista ARQUITETURA, para uso dos leitores de nossa biblioteca e do pessoal técnico especializado do Departamento de Saneamento.

Mário Brandão Tôrres
Secretário-Geral da Fundação
Ensino Especializado de Saúde Pública — Ministério da Saúde
Rio de Janeiro — GB

Tendo conhecimento, através de um amigo, da excelente publicação que é ARQUITETURA, venho solicitar de V. Sa. o obséquio de me informar sôbre a possibilidade da inclusão de meu nome entre os que recebem regularmente essa revista de extrema utilidade como veículo de novas idéias e de novas técnicas. A título de esclarecimento, informo que estou atualmente cursando o 5.º ano da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.

Orlindo Arpelac Santos
Rua Voluntários da Pátria, 462/402
Curitiba — Paraná

A Biblioteca da Universidade Mineira de Arte vem desenvolvendo um programa de ampliação de sua biblioteca.

Desejaria por isto poder contar com o prestigioso apoio de V. Sa. (. . .) gostaríamos principalmente que incluísse nosso nome entre os que recebem regularmente a revista ARQUITETURA. Será uma valiosa contribuição para a difusão de cultura e do conhecimento, e uma cooperação de maior valia e significação para o patrimônio da biblioteca.

Maria de Lurdes Carrazo
Bibliotecária da FUMA

● Belo Horizonte — MG

Quero acusar o recebimento dos números de ARQUITETURA que vocês tiveram a gentileza de me enviar. Agradeço a atenção que deram e desejo muitos sucessos neste trabalho bonito e bastante difícil.

Arquiteto Newton Corrêa de Araújo
Rua Manoel Barreto, 7/202.
Graça — Salvador — BA

Acuso, prazerosamente, o recebimento de sua carta sôbre a inclusão de meu nome para recebimento regular de ARQUITETURA, com o que me sinto sobremaneira honrado e satisfeito, pela certeza de passar a receber, daqui por diante, essa tão ilustrada e eficiente revista.

Eng. Pedro Versovsky
Cia. Vale do Rio Doce — E. F.
Cia Vale do Rio Doce — E. F.
Vitória — Minas
Vitória — ES.

● Escola de Engenharia — Paraíba

Há alguns dias atrás, tive o prazer de folhear a revista ARQUITETURA. Fiquei bastante maravilhada com os assuntos que ali estão contidos.

Sendo, atualmente, aluna da Escola de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba, e interessando-me pelos artigos publicados naquela revista, gostaria de recebê-la regularmente.

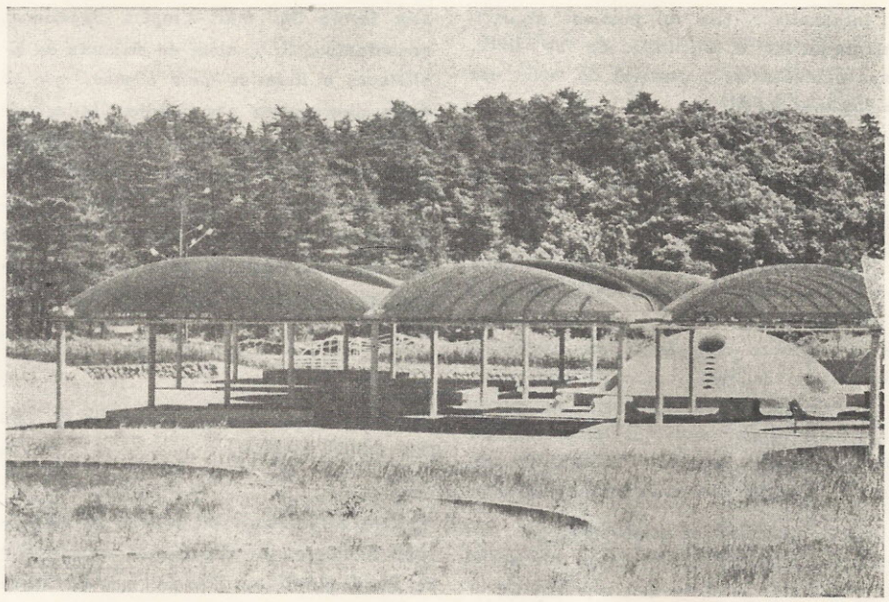
Na oportunidade, quero expressar-lhe meus comprimentos pelo alto nível técnico da mesma no setor da arquitetura moderna, que veio preencher espaços vazios que existem em algumas obras por nós estudadas, beneficiando, sobremaneira, todos os estudantes de engenharia.

Ivanise de Oliveira Leitão
Rua Marcos Barbosa, 102
João Pessoa — PB

Obrigado, Ivanise. Incluímos seu nome em nossa lista envios.

Dois Projetos na Terra das Crianças

A Terra das Crianças é um centro infantil criado pelo govêrno, através do Centro Nacional de Serviços para Crianças, em 700 Nara-machi, Konoku Ward, Yokohama, Japão. O Plano diretor do centro é de Takashi Asada e o projeto de suas instalações, como os dois que apresentamos a seguir, são de diferentes escritórios.

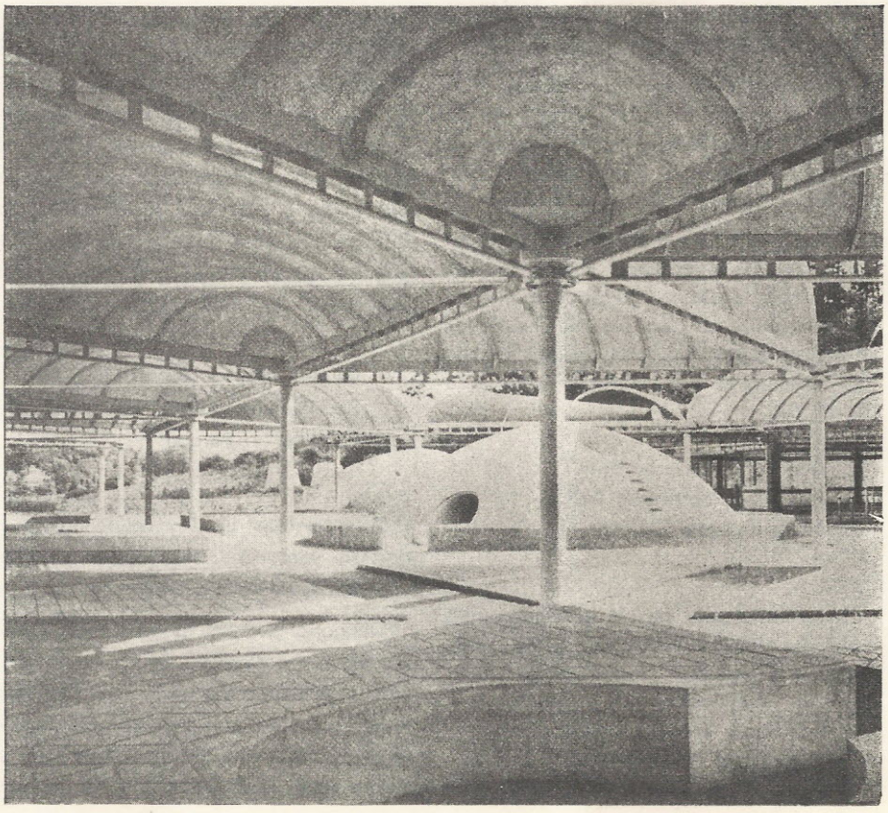


Playground coberto

Paisagismo: Isamu Noguchi
Projeto da cobertura: Sachio Otani, Masao Tanaka, Keichi Fujita.
Estrutura: Setsuro Suzuki.
Construtor: Companhia Takenaka Komuten.
Área construída: 832m2 — Área de banheiros: 78.6m2.

O playground coberto está situado em um vale cercado de colinas a leste e a oeste e atravessado pelos ventos de norte e sul. O paisagismo oferece uma atmosfera escultural acolhedora; a cobertura, a proteção do sol e bons lugares para conversar, para brinquedos ou para as diversões que as crianças desejarem.

A cobertura é composta de abóbodas laminares feitas de chapas de aço de forma cônica, sustentadas por pilares de ferro. Com base nos módulos triangulares da cobertura podem-se obter espaços fechados quando se juntam seis tetos e espaços extensos quando são acoplados um a um. Os pisos estão cobertos de azulejos triangulares de porcelana.



Escola de Verão em um Bosque

Projeto: Kiyoniei Kikutake, arquiteto e associados.

Estrutura: Laboratório Gengo Matsui, Universidade Waseda.

Equipamento de Engenharia: Keizo Inuzuka, engenheiro.

Consultor: Companhia Takenaka Komuten.

Área do conjunto: 24.800m2.

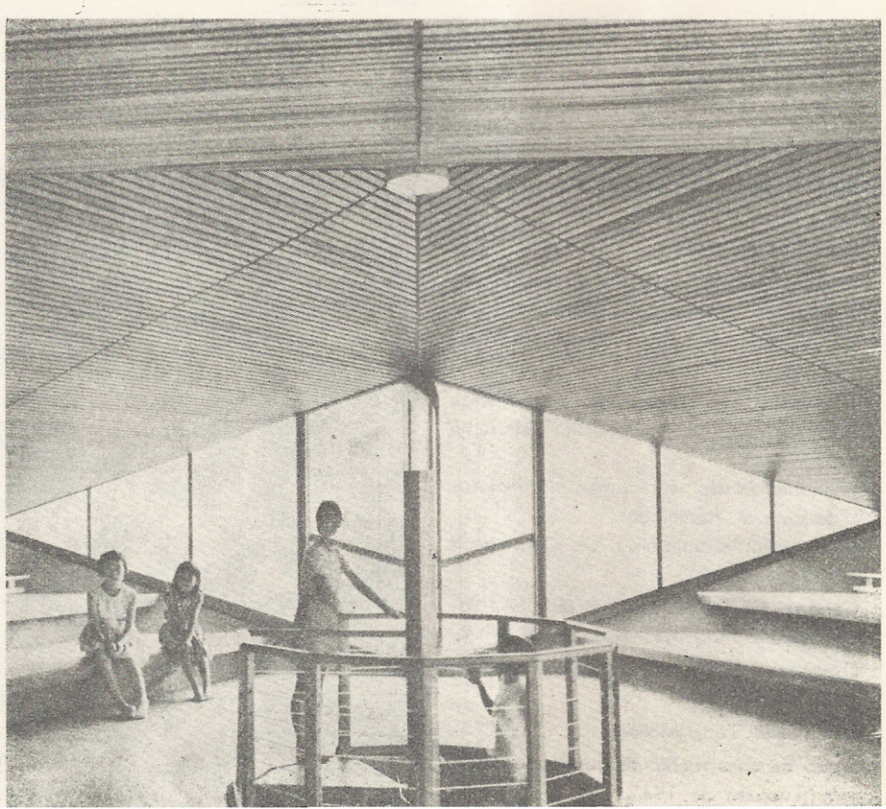
Área coberta: Pavilhão principal — 521 m2; Pavilhão — 75m2; Pavilhão tenda — 75m2; Pavilhão da piscina — 68m2x2; Pavilhão de banho — 96m2. Pavilhão de banho — 96m2. Piscina: 963m2.

A escola funciona apenas nos meses de verão. Destina-se aos meninos mais velhos do curso primário, aos do curso secundário que desejem aproveitar as férias e também aos professôres de ambos os cursos.

O conjunto, composto de pavilhões para diversos fins, piscina e campos de esporte, está situado em um vale com colinas correndo a leste e a oeste. Das colinas de leste foi cortada uma parte a fim de levantar o fundo do vale e nêle localizar os campos de esporte. Nas colinas a oeste, foram espalhados alguns dos pavilhões com 15m de separação horizontal e mais de 3m de separação vertical. O pavilhão principal está situado à entrada do conjunto e os restantes em plataformas de observação.

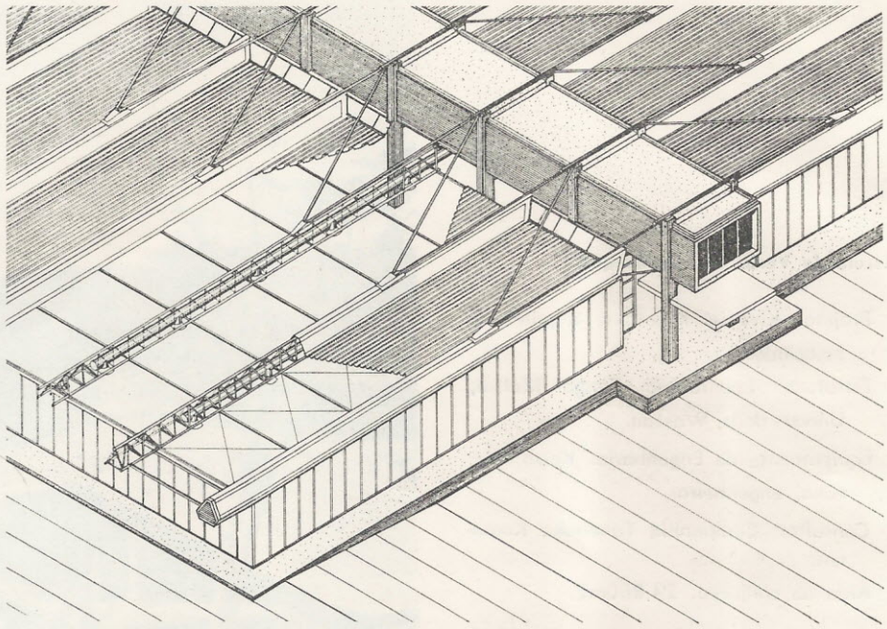
Cada um dêstes pavilhões é um edifício de concreto e madeira com telhado de três águas levantado do chão, permitindo o uso do terreno inclinado como êle é e prevenindo quanto a danos decorrentes de chuvas, ventos, insetos e cobras.

Os principais problemas do projeto formam o prazo de construção e a inclinação do terreno. Quando a construção e a paisagem devem formar uma só entidade, necessita-se de mais tempo de construção. Por outro lado, um terreno com inclinação tão violenta como êste, cria dificuldades, em drenagem de chuva, não só durante a construção, mas também na manutenção do edifício em uso.



Oficina da Companhia de Artes Gráficas Tosho

Localização: Hara-machi, Prefeitura de Shizuoka, Japão.
Projeto: Kenzo Tange e o Grupo de Arquitetos e Urbanistas.
Estrutura: Laboratório Yokoyama de Projetos Estruturais de Arquitetura.
Engenharia de Equipamentos: Projetos Morimura Associados.
Construção: Companhia de Construção Mitsui.
Áreas: Primeiro andar — 6091m2; Segundo andar — 470m2; Total — 6561m2.
Prazo de Construção: de fevereiro de 1961 a setembro de 1961.



A oficina está anexa a outra projetada anteriormente pelo mesmo grupo de arquitetos. Apesar da semelhança de programas, difere muito de sua vizinha, dadas as modificações nas técnicas de impressão, ocorridas no espaço de tempo entre uma e outra construção.

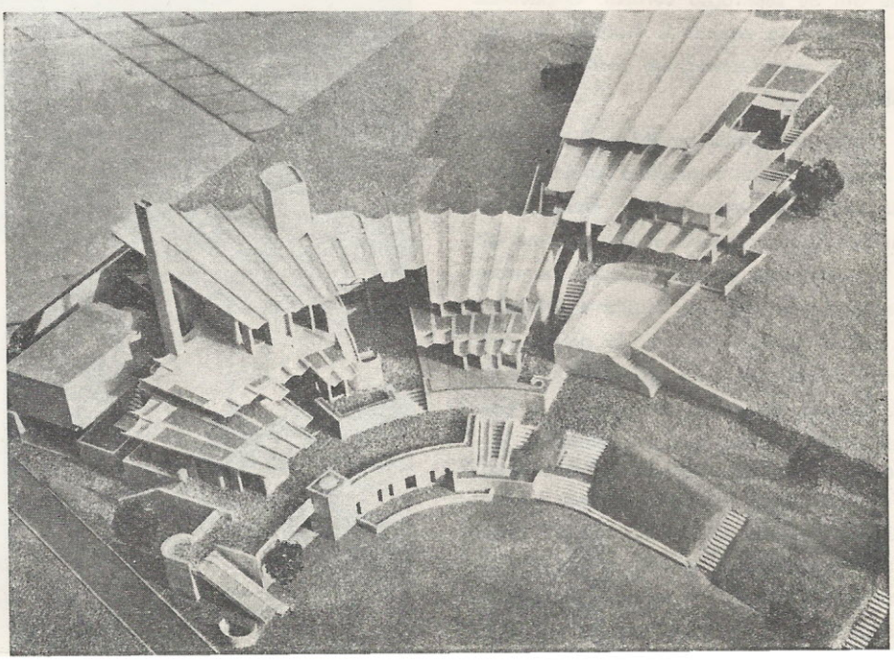
Sua planta é um retângulo de aproximadamente 60mx90m com uma área de circulação que o corta por tôda sua maior dimensão. No intuito de dotá-la de certo grau de flexibilidade para que se adaptasse a futuras necessidades, os espaços exigidos pelas várias instalações foram colocados em um grande duto horizontal levantado por pilares sôbre a área de circulação. O duto e os pilares são de concreto armado.

O projeto criou um vasto espaço sem pilares que o obstruam. Para isso tubos de aço partindo do duto horizontal de instalações para a esquerda e para a direita amarram num ponto a 12m do seu início gigantescas vigas corrugadas de 30m, dando o efeito de pilares suportando cargas no mesmo ponto, o que reduz a seção estrutural. As vigas, treliças de seção triangular feitas de tubos, partem de pontos a meio caminho entre os pilares de sustentação do duto horizontal aumentando sua resistência contra fôrças laterais. Esta posição permite usar os espaços internos das vigas para carregar os canos de distribuição de ar condicionado.

A nova oficina exige iluminação artificial em tôda sua área, eliminando-se completamente as janelas. Isso, além de importar em pesada carga financeira, vai de encontro à legislação local sôbre construções. Criou-se então iluminação zenital sôbre a área central de circulação, onde a iluminação pouco efeito faz sôbre os processos industriais que exigem precisão.

Jardim de Infância Cultural Yukari

Localização: Japão
Projeto: Kenzo Tange e o Grupo de Arquitetos e Urbanistas Kanzo Tange, Koji Komiya, Jiro Inazuka, Hiroshi Kimura.
Estrutura: Eli Kawaguchi, engenheiros estruturais. Elí Kawoguchi, Tetsuschi NaKao.
Engenheiros de equipamento: Projetos Morimura Associados.
Construção: Companhia de Construção Tatsei.
Calafação e instalações hidráulicas e sanitárias: Indústrias Saga.
Engenharia de eletricidade: Companhia Elétrica Industrial Toko.
Mobiliário: Teno Mokko.
Prazo de construção: de junho de 1966 a fevereiro de 1967.



Área de terreno: 3.418m2.
Área de construção: 1.050,5m2 (primeira fase); 685m2 (segunda fase).

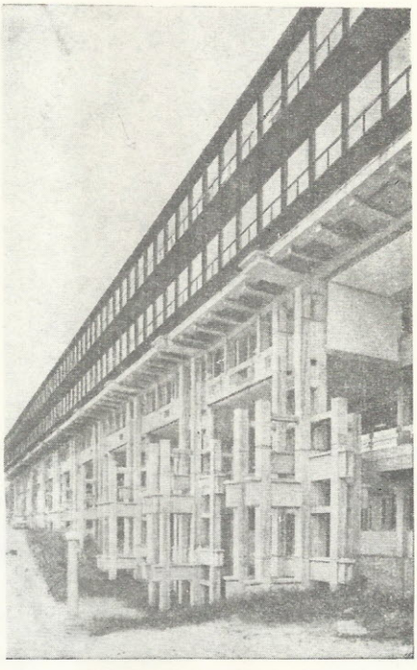
A planta de Jardim de Infância Yukari é composta de espaços de forma complicada concordando com os diversos níveis do terreno, muito irregular e acidentado. O edifício, com a forma de abano, em que as varetas tendem a se unir em direção das áreas de recreio, tem capacidade para 40 alunos de 3 anos, 120 de 4 e 120 de 5.

A estrutura é uma combinação de painéis de concreto pré-fabricados com formas dinâmicas, de acôrdo com a planta. Cuidadosa atenção foi prestada ao colorido da pintura, ao tamanho dos elementos e a sensação que dão ao tato.

Universidade Budista Feminina

Localização: Fujii-dera, Osaka, Japão.
Projeto: Tatsuhiko Nakajima, escritório de arquitetura do Departamento de Restauração do Templo Shitenno-Ji.

O conjunto de edifícios da Universidade e Colégio Superior Feminino foi projetado de acôrdo com os princípios da religião budista. Dentro do mesmo terreno havia sido construído o asilo para velhos Hiden-In projetado pelo mesmo arquiteto, segundo os mesmos princípios religiosos. Os dois conjuntos estão frente à frente na direção leste-oeste, separados por um vale verde e um tanque de água formando um conjunto de grande beleza. A construção do edifício de Aula Magna, no qual se celebrarão as cerimônias religiosas e preparar-se-ão estudantes segundo o credo budista, foi deixado para uma segunda etapa. Para se ter idéia do que virá a ser tal conjunto, basta ver a obra massiva do edifício pronto, com suas paredes revestidas de aço Cor-Ten e os grupos de pilotis que o sustêm ao longo de 180m.

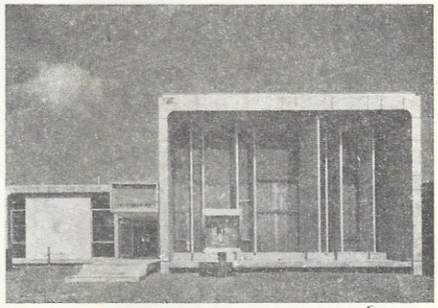


Filial em Tokiwamachi do Banco Imabari

Localização: Imabari, Prefeitura de Ehime, Japão.
Projeto: Kenzo Tange e o Grupo de Arquitetos e Urbanistas.
Estrutura: Laboratório Suzuki de Arquitetura e Pesquisa Estrutural — Yasuo Suzuki, Yoshinori Nakamura.
Engenharia de Equipamentos: Projetos Morimura Associados — Ken Maejima, Escritório de Equipamentos Otaki, Shuho Nakamura, Jiro Yoda.
Construção: Companhia Noma Komuten.
Área de construção: 377.4m2.
Área total de piso: 396.7m2.

A planta do Banco Imabari em Tokiwamachi compõe-se de dois retângulos paralelos e deslocados, localizando-se num o Departamento Comercial e noutro as salas de conferências e de guardas. Separa os dois retângulos um corredor, sôbre o qual está colocado um núcleo que contém os equipamentos de ar condicionado.

As paredes são estruturais e a laje do teto é formada com painéis ôcos. As paredes e os tetos foram deixados em concreto aparente. As persianas exteriores do departamento comercial são lâminas de aço com larguras diferentes, que se fecham elètricamente.



Projeto do nôvo Centro de Espoo
Cidade-satélite de Helsinque

Os engenheiros arquitetos poloneses Maciej Chmielewski, Janusz Kazubinski e Krzysztof venceram o concurso para o projeto do nôvo centro administrativo de Espoo, cidade-satélite de Helsinque, Finlândia.

No projeto vencedor o esquema do sistema da cidade se apóia num esqueleto de vias radiais para pedestres que correm sôbre as elevações do terreno e são acompanhadas, abaixo, de artérias paralelas para o tráfego de veículos. De ambos os lados das vias de pedestres erguem-se os edifícios residenciais sôbre pilotis com espaços livres ou que se destinam ao comércio e serviços. Essas vias ligam os centros secundários dos bairros com o centro principal da cidade. O fator que determinou a solução adotada foi a adaptação do sistema mencionado ao terreno existente, após cuidadosa análise de cada declive, visando inclusive respeitar os elementos naturais, como bosques, rochas, águas, etc., e pondo ao mesmo tempo em relêvo a paisagem ondulada mediante a integração nela da forma arquitetônica.

O centro, além das funções mencionadas, possui uma estação ferroviária ligada a outra, rodoviária, e um imenso parque-de-estacionamento, indispensável ao sistema rôdo-ferroviário interligado, e também necessário devido à escassez de áreas de estacionamento no centro de Helsinque. A artéria principal de contôrno corre, no projeto, paralelamente à via férrea suburbana. Isto permite grande economia (uma vez que cada cruzamento requereria a construção de um segundo nível) e torna mais aprazível o percurso da autopista de contôrno em vista da proximidade do centro.

Curso de Planejamento Urbano

A Secretaria Geral da OEA, através do Programa Especial de Capacitação (PEC), acertou com o Govêrno da Grã-Bretanha a repetição do curso sôbre Planejamento Urbano, que se completará com uma visita de quatro semanas à Holanda. O curso compreende três temas fundamentais: 1) Renovação Urbana; 2) Extensão das cidades existentes; e 3) Criação de novas cidades.

Os candidatos que desejem obter bôlsa para êsse curso terão de preencher as seguintes condições: 1) ser residente permanente de um Estado membro da OEA; 2) ter título (ou estar concluindo) de curso superior em arquitetura, direito, economia, engenharia e/ou outras matérias relacionadas com o tema do curso; 3) ser funcionário técnico de alto nível em órgãos governamentais ou instituições vinculadas ao ema; 4) estar capacitado fisicamente para cumprir as obrigações do curso; e 5) possuir excelente conhecimento do idioma inglês.

Os pedidos deverão ser enviados para sentados nos formulários do PEC, que podem ser obtidos nos escritórios nacionais da União Panamericana nos países membros, ou diretamete no enderêço que se índica adiante. Êsses pedidos devem seguir acompanhados de: a) exposição, escrita em inglês, de menos de 150 palavras, indicando os motivos que levam o candidato a fazer o curso e a relação específica dos estudos que faz e funções que desempenha atualmente; b) cópia fotostática do título acadêmico ou notas obtidas durante o curso, para candidatos não diplomados; c) certificado de conhecimento do idioma inglês expedido pela embaixada britânica ou instituto de cultura britânica.

Os pedidos deverão ser enviados para o Departamento de Cooperação Técnica, Programa Especial de Capacitação, União Panamericana, Washington, DC, 20006, USA, antes do dia 15 de abril de 1968. O início do curso será a 15 de agôsto de 1968.

Quase Memórias de Niemeyer

A Editôra Civilização Brasileira lançou o livro de Oscar Niemeyer, "Quase Memórias, Viagens, Tempos de Entusiasmo e Revolta", em que o arquiteto fala de sua experiência no exterior entre os anos de 1961 e 66. A obra arquitetônica de Niemeyer tem sido objeto de estudos na imprensa mexicana, nos últimos meses, em face da atribuição ao arquiteto brasileiro do "Prêmio Benito Juarez", que é concedido pelo Govêrno do México aos latino-americanos que mais se destacam nos campos da criação artística, méritos cívicos e investigação científica. A propósito do livro de Niemeyer, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu a crônica que transcrevemos a seguir.

"Êsse livrinho em que Oscar Niemeyer conta (por alto) suas viagens, suas alegrias e sua revolta de criador será no futuro um dos documentos definidores de nosso tempo — do tempo brasileiro, principalmente. Oscar não escreve para se gabar, como fazem em geral os memorialistas; só quem o conheça pode imaginá-lo preparando autoglorificação. Por isso mesmo, o livro saiu pequenino. O que êle diz em linhas daria capítulos. E a matéria dêsses capítulos são cinco anos de vida de um antigo rapaz tímido, encabulado mesmo, que de um país consumidor de arquitetura importada fêz um pais exportador de arquitetura.

Mas o que as palavras resumem tanto que é como se procurassem escondê-lo, a parte iconográfica de **Quase Memórias** aí está para denunciá-las (e a denúncia cabe perfeitamente aqui tratando-se de profissional freqüentemente incomodado por IPMs): são obras e mais obras de Oscar por êsse mundo de Deus: hotel na Ilha da Madeira, conjunto urbanístico no Algarve, centro espiritual dominicano em Saint Banme, bloco habitacional em Berlim, conjuntos arquitetônicos em Israel (em Negev, uma cidade inteira), palácio em Libreville, universidade em Gana... E são apenas amostras de um acêrvo mundial. De Brasília, onde Oscar deixou a marca de sua alma, só o Instituto de Ciências e o malogrado aeroporto. Aqui explode a revolta do homem tranqüilo, do três vêzes manso e civilizado, mas durinho, Niemeyer, inconformado com o absurdo técnico das autoridades brasileiras, que despòticamente estão construindo um êrro com o nome de aeroporto, na cidade harmoniosa pensada por Lúcio Costa.

(Por esta fatia de memórias, ficamos imaginando os livros fabulosos que Lúcio e Niemeyer, mais do que ninguém, poderão um dia escrever, de tal mòdo o pensamento de um e a ação do outro se entranharam no processo de desonvolvimento cultural e social do Brasil. Êsses dois fizeram o que realmente se pode chamar de revolução, retificando, substituindo e implantando valôres estéticos e humanos que, à margem da caótica superestrutura política, estão modificando para melhor a vida brasileira e se projetando em escala internacional. Lúcio, então, êsse escritor nato, que livro nos está devendo!).

Documento definidor, chamei ao voluminho de Oscar, e repito. As relações entre artista e poder público, na presente situação nacional (que infelizmente não é apenas nacional, mas generalizada), aí se apresentam através de um caso típico de incompreensão e hostilidade contra a livre criação. Nem sequer os donos do País se dão conta do que representa em honra e prestígio nacionais o reconhecimento mundial do gênio artístico de Niemeyer.

Mas o outro lado da medalha é confortador: vemos o mundo aberto a largas trocas de inteligências e imaginação, um mundo mais solidário e receptivo, que se vai enchendo de casas e monumentos concebidos com amor, poesia e ciência, por um brasileirinho perseguido em sua terra natal. Acima das restrições ao exercício profissional de estrangeiros, e sem cogitar de onde êle vem, dá-se ao arquiteto a possibilidade de criar, entre divisões e ódios de classe, os lineamentos de uma cidade nova, real e fraterna, sem utopias.

Jardim Botânico ameaçado.

O arquiteto-paisagista Roberto Burle Marx, em recentes declarações à imprensa, afirmou que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro está ameaçado de destruição. Disse Burle Marx que "as áreas destinadas às coleções vão sendo cada vez mais reduzidas. Agora mesmo construíram um parqueamento em local de coleções, enquanto em **Kew Garden,** Londres, os carros estacionam nas ruas, pois as autoridades responsáveis jamais teriam a coragem de mutilar e reduzir as áreas do jardim. Tem-se a impressão de que as funções científica e didática do jardim desapareceram para ceder lugar apenas a um funcionamento de jardim público".

Afirmou Burle Marx que, no lago das plantas aquáticas, puseram tilápias, peixe africano nerbívoro, que devoraram os exemplares de **nympheae** e vitória-régia; estão quase dizimadas as coleções de **philodendron** e de **orquidaceae.** "A finalidade de um jardim botânico — disse BM — não é apenas cortar gramados e vender plantas, sacrificando muitas vêzes, os exemplares das coleções, mas proporcionar condições de estudo e ser uma entidade científica. Cuidar de um jardim botânico não é transformá-lo num logradouro público, sem finalidade de pesquisa. Entretanto, até 1962, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, se igualava aos congêneres de todo o mundo".

IAB-DF: Nova Diretoria.

O arquiteto Fernando Lopes Burmeister é o presidente do IAB — Departamento de Brasília, para o biênio 1968/69. Os demais integrantes da nova diretoria são: Elvin Marklay Dubrugas, vice-presidente; Joel Viana, primeiro-secretário; Hamilton Cordeiro, segundo-secretário; Evandro Kalume, primeiro-tesoureiro; Eraldo Soares da Paixão, segundo-tesoureiro; João da Gama F. Lima, José Eduardo Mendonça e Luiz Fernando Xavier, do Conselho Fiscal. Foram eleitos para o Conselho Superior os arquitetos Geraldo Nogueira Batista e Adeildo Viegas de Lima e, para representantes na Assembléia Nacional do IAB, Luiz Henrique Pessina e Hermano Montenegro.

Boletim

A nova diretoria do IAB-DF (Brasília) lançou um boletim informativo visando estreitar o contato com seus associados e mantê-los a par de assuntos e problemas que dizem respeito aos arquitetos. Neste primeiro número do boletim, que temos em mão, o IAB-DF divulga informações acêrca de concursos e exposições de arquitetura, bem como o texto do ofício que enviou ao Procurador Geral da República em defesa do projeto de Oscar Niemeyer para o Aeroporto de Brasília. Como se sabe, contrariando o parecer dos órgãos municipais competentes e do próprio autor do plano-pilôto da Capital Federal, arquiteto Lúcio Costa, o Ministério da Aeronáutica iniciou a construção, na Nova Capital, de um projeto tècnicamente anacrônico e que contraria o espírito da arquitetura de Brasília. O texto do boletim é de Márcio Vilas Boas e a foto da capa é de Cidno Silveira.

Representações do IAB — S. Paulo

Os arquitetos Breno Nogueira, Luiz Tôrres, Marcello Eragelli, Mário Monteiro e Milton Guiraldini, do IAP-SP, foram indicados para representar a entidade no Conselho Municipal de Transportes, de São Paulo, enquanto o arquiteto Luiz Fisberg foi indicado para colaborar junto ao Grupo de Trabalho, organizado por aquêle órgão do govêrno.

O prefeito Faria Lima solicitou ao IAB-SP dois representantes para integrarem a Comissão Permanente do Código de Obras, tendo sido escolhidos os arquitetos Luiza Toscano Battaglia e Paulo de Mello Zimbres.

Por solicitação do Museu de Arte Contemporânea — MAC — foram indicados os arquitetos Catharine Gati, Dario Montesano e Eduardo Corona, para realizarem uma triagem do material doado àquela entidade pela Bienal de São Paulo, e que compreende painéis das várias mostras de Arquitetura realizadas em Bienais anteriores.

Revista da Sociedade Interamericana de Planejamento

O arquiteto Vittorio Emmanuel Pareto Jr. IAB-GB, o correspondente editorial da Revista da SIAP ((Sociedade Interamericana de Planejamento) no Brasil, informa que está interessado em receber colaboração sob a forma de notícias, dados, pesquisas, reuniões ou qualquer outro tipo de evento ou trabalho sôbre planejamento físico, econômico, social ou administrativo.

O material, para alcançar as edições da revista, deverá ser enviado até as seguintes datas limite: o dia primeiro dos meses de fevereiro, maio, agôsto e novembro.

O preço da assinatura da revista é de US$ 6,00 anuais para 4 números, publicados cada trimestre.

Os interessados no envio de matérias ou aquisições de assinaturas, poderão procurar o arquiteto Vittorio Emmanuel Pareto Jr. no seguinte enderêço: Av. Presidente Wilson, 164 7.º andar (SERFHAU).

Nova Diretoria do IAB-CE

A nova diretoria do IAB — Departamento do Ceará eleita para o biênio 68/69 é a seguinte: Presidente: Ivan da Silva Britto; vice-presidente: Ayrton Motta Fernandes-secretário-geral: José Liberal de Castro; 1.º secretário: José Neudson Bandeira Braga; 2.º secretário: Gerhard Ernst Bormann; 1.º tesoureiro: Jorge Bach Assumpção Neves; 2.º tesoureiro: José Armando Farias; diretores: Francisco Luciano Marrocos Aragão, Heriberto Alves Albuquerque, Francisco Afonso Pôrto Lima; conselho fiscal: Kepler Pompeu, Nícia Paes Bormann, Reginaldo Mendes Rangel; assembléia nacional: Ivan da Silva Britto e Ayrton Motta Fernandes; suplentes: José Neudson Bandeira Braga e José Armando Farias.

Concursos

Calendário

2-4-1968 (entrega dos trabalhos). Salvador — Bahia.	Instituído pela Secretaria de Educação da Bahia e pelo IAB-BA, para o estudo preliminar da Biblioteca Central do Estado.	Prêmios: 1.º NCR$ 8.000,00 2.º NCR$ 4.000,00 3.º NCR$ 2.000,00 4.º NCR$ 1.000,00 5.º NCR$ 500,00 Sede dos departamentos do IAB.

Colóquios, Reuniões, Exposições.

6-4 — 7-4-1968 Madrid, Espanha	Simpósio sôbre "Steel for Prestressing" promovido pela International Federation on Prestressing e pelo Instituto Eduardo Torroja de la Construcción y del Cemento.	Concrete Society Terminal House, London SWI.
22-4 — 27-4-1968 Barcelona, Espanha.	III Colóquio sôbre a industrialização da construção. "Economia nacional, arquitetura e industrializações da construção".	Seção espanhola da UIA e Colégio de Arquitetos, Plaza Nueva, 5 Barcelona 2.
28-4 — 5-5-1968 Agadir, Marrocos	II Colóquio do Habitat da UIA. "O alojamento para as massas, principalmente nos países em vias de desenvolvimento".	Seção espanhola da UIA e Colégio de Arquitetos, Plaza Nueva, 5 Barcelona 2.
18-5 — 3-6-1968 Paris, França	IV Quinzena Técnica de Paris.	23, Rue N. D. des Vitoires, Paris 2
19-5 — 26-5-1968 Detroit, Michigan, USA	V Seminário de Arquitetura Industrial. "A influência da arquitetura industrial sôbre o homem e o seu ambiente".	L. A. Rossetti, Detroit, Michigan 48226, Marquette Building.
7-10 — 16-10-1968 Ottawa, Canadá Washington, USA	Conseil International du Bâtiment pour la Recherche, l' Etude et la Documentation. IV Congresso Internacional "A construção no mundo em 1968".	
9-10 — 15-10-1969 Buenos Aires, Argentina	X Congresso da UIA. "A arquitetura como fator social".	"Union International des Architectes". 15, Quai Malaquais Paris VIe.

Editorial

Nova Fase

Existe uma luta, dizíamos em agôsto de 1961 no primeiro dêstes editoriais. Uma luta à qual nenhum arquiteto em plena consciência de seus devêres de arquiteto e de brasileiro poderia e poderá se alheiar, pois, hoje, sete anos depois, a luta prossegue. Conquistamos algumas posições, sem dúvida, mas devemos continuar combatendo com tôdas as nossas fôrças para manter o que conseguimos conquistar e para alcançar os objetivos básicos, declarados há muito tempo, mas reafirmados quando da edição do primeiro número de "IAB-Guanabara" que foi o primeiro nome de ARQUITETURA.

Êsses objetivos tinham como núcleo a consolidação da profissão de arquiteto no Brasil e dêle derivavam a necessidade de firmar uma consciência da importância do planejamento; de lutar pelo desenvolvimento de uma política nacional de habitação; pela melhoria e atualização da legislação profissional; pela ampliação do mercado de trabalho para o arquiteto; por uma maior divulgação dos princípios básicos da arquitetura e pela defesa de nosso patrimônio natural e edificado.

A simples enunciação dêsses propósitos de ação dão bem a dimensão do escôpo de ARQUITETURA, pois todos sabem que, apesar do que foi conseguido, muito terreno resta ainda a percorrer até que o arquiteto, a arquitetura e o planejamento adquiram a importância que merecem no quadro de nossas instituições. Nestes sete anos e nestes quase setenta números, fomos fiéis, tanto quanto o pudemos ser, pelo menos, aos princípios que nos propusemos cumprir.

Nosso esfôrço está centrado na idéia de melhorar sempre. Êste número de março, marca o início de uma série de alterações e modificações na revista dos arquitetos brasileiros, que visa aproximá-la cada vez mais daquilo que todos almejam como padrão para a revista brasileira de arquitetura. Não temos condições de dar o grande salto e transformarmo-nos, da noite para o dia, em uma revista luxuosa de coriscante roupagem gráfica. Esperamos, todavia, e estamos certos de que vamos continuar a ser o veículo honesto da mensagem do arquiteto brasileiro e a indispensável ponte entre os homens que planejam e os que fabricam materiais e equipamentos para construção, e os que têm por mistér a edificação.

Êste número tem nova diagramação. Uma nova seção **Arquitetura Hoje** manterá você a par de tudo o que se faz, no mundo e no Brasil, em matéria de arquitetura, de planejamento urbano, de habitação, de "design", das novidades nas técnicas de construir e dos novos instrumentais destinados a auxiliar a concepção e o planejamento. Retomamos o **diálogo** com nossos leitores, respondendo e comentando suas cartas que tanto incentivo nos trazem. Tudo isso estará disposto junto à matéria que divulga a mensagem dos industriais que produzem materiais e equipamentos para construção, de forma a auxiliar a comunicação **fabricante-arquiteto-construtor.**

Além disso, no corpo da revista, publicamos o projeto chamado **Pampus** dos conhecidos arquitetos holandêses Van der Broek e Bakema que, ao propor uma solução para a expansão urbana de Amsterdã, traz à tona, novamente, aspectos relacionados com o princípio da cidade linear, objeto de tanta controvérsia entre os teóricos do planejamento. Divulgamos também as conclusões do I Encontro Nacional de Arte Sacra promovido pelo Secretariado de Liturgia, órgão da Conferência dos Bispos do Brasil, através do qual o clero iniciou a busca do reatamento do diálogo entre a igreja e os artistas — gráficos, pintores, escultores, músicos, arquitetos, etc. — para encontrar as condições mais propícias à fermentação das soluções formais que traduzirão no plano da arte as profundas modificações de que nossa época é testemunha; bem como um trabalho do arquiteto Geraldo Nogueira Batista, IAB-DF, sôbre a implantação dos locais de culto, apresentado no mesmo Encontro.

69
Março/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil

Conselho de Redação: Augusto Silva Teles — IAB-GB, Edgar Graeff — IAB-DF, Henrique E. Medlin — IAB-GB, Icaro de Castro Mello — IAB-SP, Jorge Machado Moreira — IAB-GB, Jorge Wilhem — IAB-SP, J. Vilanova Artigas — IAB-SP, Marcos Konder Netto — IAB-GB, Maurício Roberto — IAB-GB, Oscar Niemeyer — IAB-DF, Paulo Antunes Ribeiro — IAB-GB, Paulo F. Santos — IAB-GB, Sylvio Vasconcelos — IAB-MG e Zuenir Carlos Ventura.

Diretor Responsável: Maurício Nogueira Batista — IAB-GB.
Diretor Secretário: Alfredo L. Britto — IAB-GB.
Diretor Executivo: Paulo Roberto Santos
Chefe de Redação: Ferreira Gullar.
Diagramação: Arísio Rabin.
Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RS; Vital Maria Pessoa de Mello — IAB-PE; Odilon Santos Neto — IAB-BA; Almir Fernandes — IAB-PR; Élio Vianna — IAB-ES; José Armando Farias — IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista — IAB-DF; Reinaldo Calvo — IAB-MG.

15

3 **Diálogo**

6 **Arquitetura hoje**

14 **Editorial**

16 **Plano Pampus**

24 **A falta de Mirán**

25 **Artérios para aplicação de normas habitacionais e de saneamento ambiental**

26 **Charge**

27 **I Encontro Nacional da Arte Sacra**

30 **Notas sôbre os edifícios destinados ao culto**

34 **Painel**

36 **Legislação**

Arquitetura: órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.
n. 1 — ago./set., 1961
IAB, 1961
v. ilust. 31 cm. mensal.
De ago./set. 1961 — mar./abr. 1962, publicada sob o título IAB-Guanabara.
1. Arquitetura-Brasil-Periódicos. I. Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro.
CDD 720.5

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB); Alex Nicolaeff (IAB); Claudius S. P. Ceccon (IAB) Fernando Abreu (IAB); Fortuna; José Guilherme Merquior; Jota; Leandro Tocantins e Luiz Miranda Corrêa.

Redação, Administração e Assinaturas: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277 — gr. 1.301 — Tel.: 22-1703 — Rio — GB.

Publicidade: SITRAL — Serviço de Imprensa, Televisão e Rádio Ltda. — Rio — Av. Beira Mar, 406 — gr. 601 — fone: 22-9204 — São Paulo: Rua Seminário, 199 — 2.º andar — conj. 22 — fone: 34-9853.

Composição e Impressão: Gráfica e Editôra Livro S.A.

Publicação distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, escritórios técnicos, firmas de decoração, mobiliário e equipamento para interior, galerias de arte, e firmas construtoras do Rio, São Paulo e demais Estados.
Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: Preço do exemplar: NCr$ 2,00; número atrasado NCr$ 3,00; exterior US$ 1; assinatura: 1 ano NCr$ 20,00; exterior; US$ 1.

Os artigos, assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Plano Pampus - Amsterdã

Arquitetos Van der Brock e Bakema

O projeto PAMPUS, de autoria dos arquitetos holandeses Van der Brook e Bakema, foi concebido para atender à expansão urbana de Amsterdã, por iniciativa dos próprios arquitetos. A Câmara Municipal de Amsterdã não aprovou os planos do escritório Ven der Broek-Bakema, o que não chega a diminuir o interêsse da proposição. O projeto publicado, agora, em ARQUITETURA, foi originalmente divulgado pela revista holandesa FORUM, da A&A. Transcrevemos o texto editorial da revista e outro da autoria de Bakema.

Será possível manter uma discussão sôbre temas essenciais, sem antes realizar pesquisas, levantar hipótese e ter formado uma opinião válida? Uma tal discussão pode ser feita, sem dúvida, mas dificilmente dará resultados positivos. Na prática, isso acontece diàriamente por tôda parte. Mas, com que resultados? Logo que um problema é levantado, cria-se uma comissão ou grupo de trabalho para cuidar dêle, como se isso em si bastasse para a sua solução. A tendência natural para o menos trabalhoso, a vaidade pessoal e o temor de confrontarmo-nos com o essencial, é que nos fazem procurar refúgio nas comissões e grupos de trabalho. Trilhando êsse caminho, utilizando essas soluções, jamais seremos capazes de fazer o trabalho que tem que ser feito no laboratório, no escritório, na oficina. Sòmente alí é possível empreender pesquisas fundamentais, sòmente através do trabalho ali realizado, é possível a formação de idéias que possam levar à solução dos problemas.

Os editôres consideram-se felizes de poder publicar os resultados de um trabalho realizado num laboratório, ou melhor, num escritório. Não é comum, nos dias de hoje, acontecer que os arquitetos encontrem tempo e energia para utilizar em projetos completos de sua exclusiva iniciativa. No entanto, nos escritórios dos arquitetos Van der Broek e Bakema, foi elaborado o plano preliminar para a expansão de Amsterdã no lago Ijsel.

Deixemos claro, antes de mais nada, que não é do temperamento dos editôres serem os primeiros a apresentar as últimas idéias. Com todo o prazer, deixamos isso a cargo das revistas de arquitetura. Igualmente, não é de nossa intenção publicar projetos sòmente por achá-los interessantes ou inteligentes, pois há lugar bastante para êsses projetos em outros órgãos. O princípio que os editôres se esforçam em aplicar na medida do possível, quando selecionam matéria para "Forum", baseia-se na pergunta: quanto pode um projeto contribuir para discussões acêrca da forma futura do meio ambiente que nos rodeia? Consideramos que êste plano oferece contribuição suficiente para responder a esta exigência.

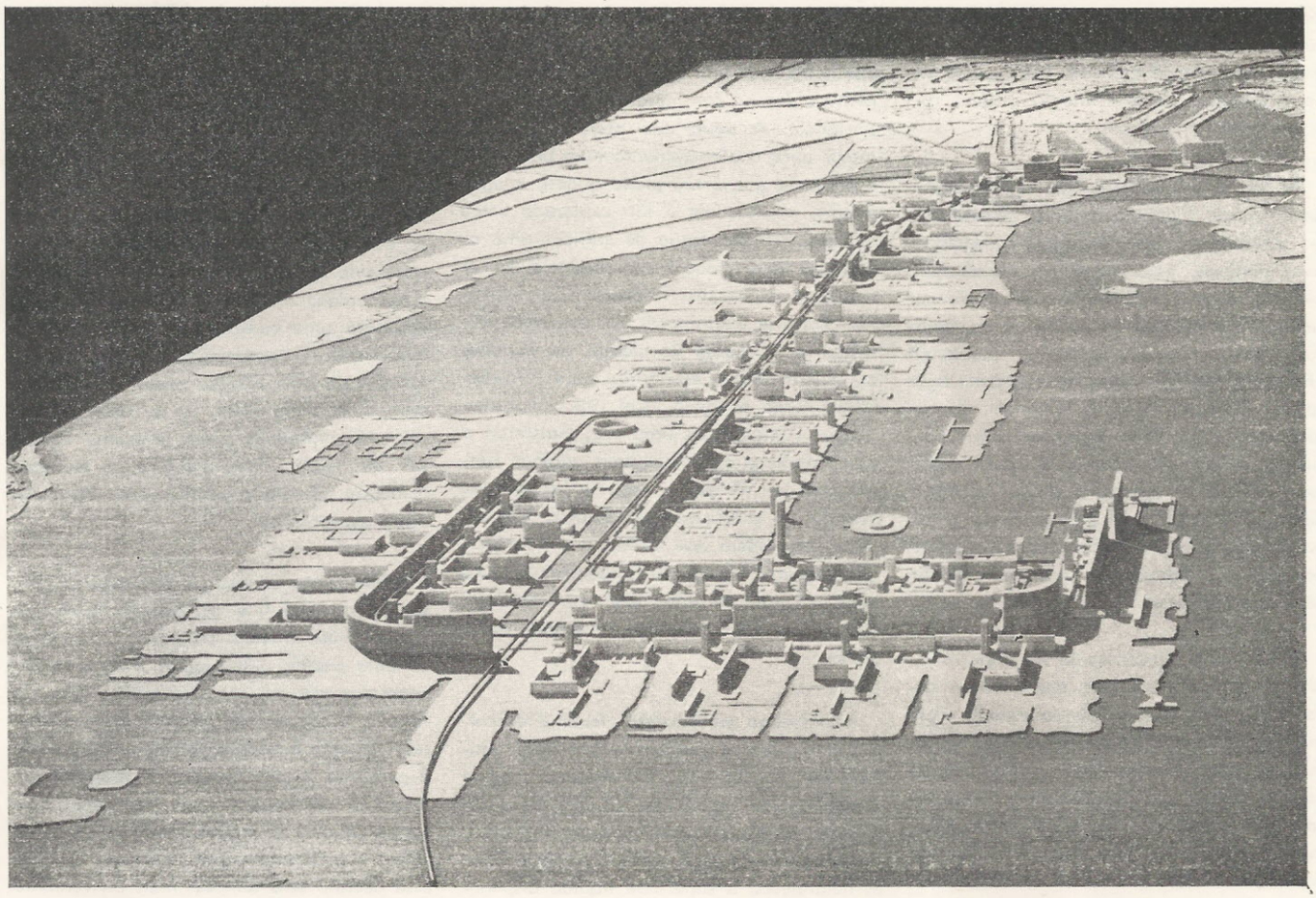
Qualquer pessoa que conheça a situação do nosso país sabe que é urgente a necessidade de princípios e diretrizes claras e objetivos precisos para dirigir a longo prazo o urbanismo e a ordenação da ocupação do território. São indispensáveis estudos orientados para êsses objetivos, ainda que imperfeitos e baseados em informação inadequada. Êsses estudos, mesmo assim, são indispensáveis para dar sentido à discussão e, desde que formem um bom ponto de partida, podem resultar em bases de trabalho tanto de pesquisas preliminares como de idéias pensadas e refletidas, e da interação resultante do estudo e sua discussão.

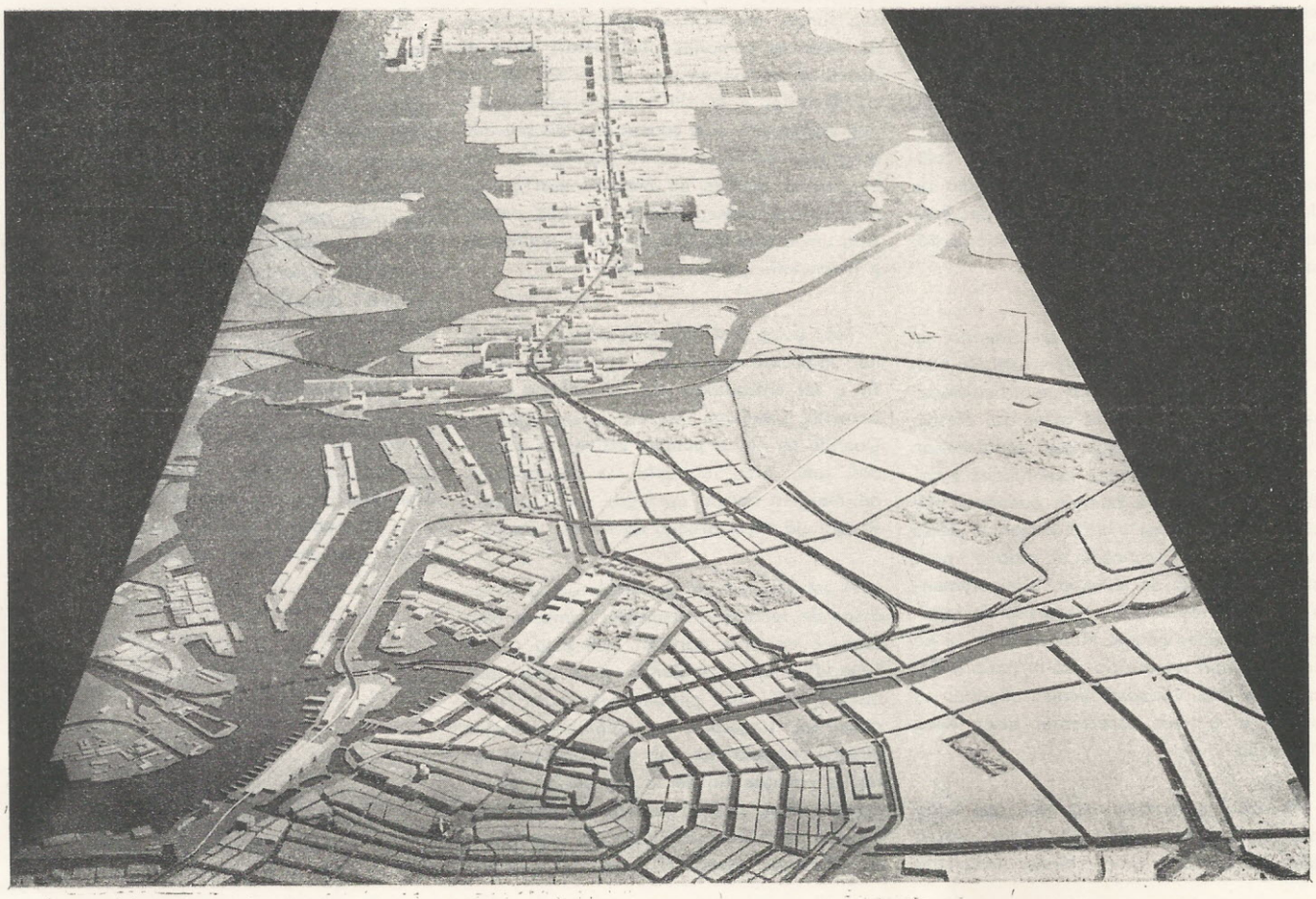
Os editôres gostariam de contribuir para essa discussão com numerosas notas à margem do texto.

Uma rápida observação do plano preliminar "Pampus" mostra que dois aspectos distintos devem ser considerados de início. Em primeiro lugar, o fato de que se trata de uma forma urbana nova, a cidade linear; e, em segundo, que o plano se refere a uma situação especìficamente holandesa, ou mais precisamente, à expansão de Amsterdã na direção dos **polders** de Ijselmeers (lago Ijsel). Cada um dêsses dois aspectos constitui tema completo em si mesmo, que pode ser desenvolvido e comentado separadamente.

O primeiro aspecto, o da forma urbana, é de natureza geral. O conceito de cidade linear é bastante conhecido entre os que se ocupam de planejamento urbano, e nos últimos anos tem atraído a atenção de grande e crescente número de arquitetos e planejadores. Todavia, deve ser dito que sòmente agora começam a ser feitas pesquisas sistemáticas sôbre as possibilidades que essa forma oferece. Também nesse sentido a apresentação dêste plano corresponde à linha de ação traçada para "Forum", já que a sociedade A&A, responsável pela publicação desta revista, manifestou, recentemente, aos arquitetos e urbanistas de todo o mundo, o interêsse em conhecer suas idéias e planos a respeito das cidades lineares. Nessa oportunidade, foi distribuída uma circular na qual se perguntava a cada interessado se achava necessário o intercâmbio de idéias sôbre o assunto, se tinha material pronto para publicar ou expor, e se seria oportuna a organização de um congresso para tratar do tema. Ainda não dispomos do resultado final dessa enquete mas podemos afirmar que o interêsse demonstrado vai além das expectativas e esperamos publicar no ano vindouro um número de "Forum" sôbre o tema, com a apresentação de planos, croquis e projetos enviados de tôdas as partes do mundo. A&A espera também que isto promova uma posterior troca de informações e idéias, e o escritório dos diretores oferece seus serviços para a promoção dêsse intercâmbio —sendo talvez possível realizar, no próximo outono ou na primavera, uma reunião de interessados no assunto.

Não é nossa intenção apresentar aqui os diversos aspectos conceituais da cidade linear. Em nosso país, essa forma de cidade tem sido objeto de estudos dos professôres Steingenga e Thijsse, entre outros. O que se pode dizer neste sentido, é que a cidade linear é a forma urbana que parece espe-





cialmente criada para o moderno tráfego rápido. Por isso, talvez, esta seja a forma que surge expontâneamente nos lugares onde o processo de crescimento urbano não é submetido a contrôle.

Assim, a forma linear da cidade não é uma forma "deliberadamente concebida". Em diferentes lugares, e seguindo perspectivas diversas, essa forma foi reelaborada por arquitetos e urbanistas que acham necessário buscar soluções conforme as condições atuais. A êsse respeito, o plano de "Pampus" mostra também claramente uma opinião individual sôbre o fenômeno. É, naturalmente, a opinião de um escritório particular, e, por isso mesmo, torna-se possível a discussão. Assim, o plano suscita a discussão em tôrno do planejamento urbano, do estudo das técnicas arquitetônicas e de soluções habitacionais possíveis a partir de uma idéia básica.

Dêsse modo, tornar-se-ão mais claros os problemas característicos desta forma urbana. O plano propõe que a espinha dorsal, além de ser uma via de alta velocidade, seja também uma artéria principal de grande cidade, ligando as áreas construídas. Propõe que as áreas residenciais de tamanho linear, mas de alta densidade de população, sejam situadas imediatamente próximas a essa artéria, tornando, ao mesmo tempo, possível viver junto ao campo aberto. Ainda mais, considera possível construir em outra escala sem que os habitantes se sintam perdidos na massa de edifícios. Outros exemplos poderiam ser dados. Êstes e outros são problemas de nossa época, todos êles dignos de atenção.

Paralelamente a êsses problemas, coloca-se a questão de até onde êsse tipo de planejamento urbano abre novas possibilidades no contexto geral do planejamento, na Holanda.

Até que ponto pode o crescimento de nossas áreas urbanas ser incrementado com o auxílio dêsses princípios de urbanismos? Até que ponto poderemos fazer uso efetivo e proveitoso de algo que está acontecendo no nosso país, de maneira expontânea e cada vez mais rápida, quando pudermos dominar as vantagens e inconvenientes dessa forma urbana? O conceito de cidade linear está ainda longe de ter sido suficientemente pensado e elaborado. Necessita de teorização e estudos gerais. Não obstante, é ao mesmo tempo necessário usá-lo para o debate das possibilidades técnicas ligadas às formas e à vida decorrentes dessa nova concepção.

Há outro aspecto, o segundo, que é de natureza específica — De onde vem a idéia de edificar uma cidade linear na água? Para um plano provisório pode ser vantagem livrar o arquiteto de tôda condição geográfica limitativa. Mas, aqui, outros motivos foram considerados de maior importância. A água não oferece liberdade maior para o planejamento num país como a Holanda que é tão plano quanto a água mesmo, e onde ela é tão explorada como a terra. A idéia então de edificar uma cidade no lago Ij não é conseqüência da necessidade de afastar fatôres locais restritivos. Trata-se exatamente do contrário. Resultou sem dúvida do desejo de explorar as possibilidades existentes para o urbanismo numa situação local típica, característica. Tornar, mais uma vez, Amsterdã e seus arredores aquáticos uma unidade harmoniosa — já que o lago Ij foi fechado quando da construção da Estação Central — é uma idéia que estimula a imaginação e exerce irresistível magnetismo. Nada mais natural, portanto, que as linhas gerais dessa idéia estejam presentes neste plano.

Todo plano preconcebido levanta dificuldades técnicas e práticas e isto deve também ter ocorrido aqui. Na Holanda a água é algo muito importante. O contrôle e regulação da água requer cuidados especiais, dada a extrema importância que tem, para os holandeses, a superfície líquida disponível. Portanto, é questão fundamental saber em que proporção seria conveniente reduzir a superfície do lago Ij. Sabendo-se que o lago Ij tem pouca profundidade e que seu fundo, em muitos trechos, constitui-se de espessas camadas pantanosas, torna-se difícil dizer exatamente quais são os inconvenientes e as dificuldades econômicas que encontrará aí a construção. Eis por que teria sido particularmente interessante fazer-se, na medida do possível, um cuidadoso exame dêsses aspectos, o que permitiria um confronto com as outras vantagens e inconvenientes da situação.

Mas essas possíveis dificuldades técnicas não impedem que o lago Ij seja um desafio a ser enfrentado pelos arquitetos e urbanistas, uma vez que êle existe, está aí. Quando os novos **polders** estiverem acertados, uma área industrial se desenvolverá na margem oposta do lago, onde também se planeja a construção de novas cidades.

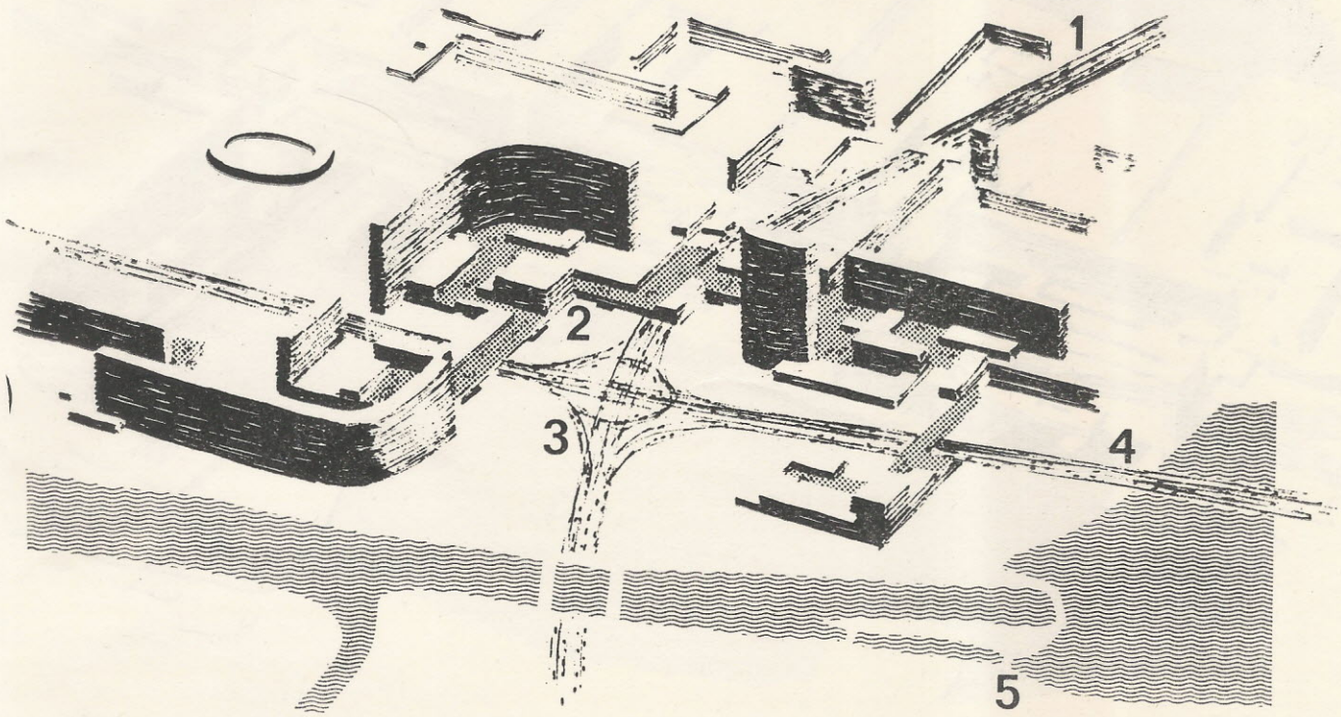
A estrada que vai de Amsterdã às novas áreas de recreação alcançará também essa área. É evidente portanto que essa superfície d'água, entre Amsterdã e êsse nôvo distrito, não pode permanecer vazia. A cidade vai forçosamente espalhar-se nessa direção, mesmo por que são poucas as direções em que Amsterdã poderá crescer. O connecimento que já se tem hoje das tendências naturais das cidades em crescimento indica ser impossível o contrôle total da expansão, quando a população do país está em pleno período de crescimento.

Assim, algo nesse sentido vai acontecer. A cidade de Amsterdã terá de tomar posse arquiteturalmente do lago Ij. Por isso, a água em tôrno de Pampus é um desafio. Por isso, é uma questão importante saber se êste projeto vai ficar relegado ou parcialmente aproveitado ou se, do problema desta cidade e do planejamento territorial, resultará uma contribuição válida para os holandeses. A construção de novos **polders** talvez seja uma solução natural e atraente para a Holanda. Mas, se a coisa fôr mal resolvida, tornar-se-á um problema insolúvel na futura infraestrutura da Holanda ocidental. Teremos perdido uma oportunidade excepcional.

Dêste ponto de vista, a proposta de uma cidade no lago Ij é um desafio. Será certamente útil discutir os prós e os contras de uma cidade nesse lugar. Mas, simultâneamente com essas considerações, deve ser feita a avaliação de outras alternativas: não sòmente é necessário dar uma resposta à pergunta de se é possível e desejável começar a construção nesse local, mas responder qual é o melhor caminho para resolver o problema urbano do lago Ij. Para essa decisão será também mais conveniente que nesta fase já exista um plano que possa ser desenvolvido futuramente e que já sugira uma forma de atacar o problema.

Os editôres esperam sinceramente que esta publicação seja a primeira contribuição para um futuro intercâmbio de idéias. Sabemos como estas discussões sôbre problemas urbanos custam geralmente a tomar impulso, devido a sua natureza técnica e complexa. Por outro lado, é uma felicidade saber que poderemos, cada vez mais, deter o contrôle firme da técnica e assim evitar que a sempre presente "necessidade técnica" chegue a dominar-nos, a controlar-nos.

O contrôle da técnica requer uma visão ampla. Deve existir um plano preciso para usar os recursos técnicos existentes. Se a publicação dêste plano provisório fôr uma contribuição à tomada de contato correta do problema levantado, a revista "Forum" terá alcançado seu objetivo.



Primeira Ilha

55.000 habitantes.

Construída em tôrno da junção de duas auto-estradas de tráfego principal: a artéria de tráfego central e a estrada circular em tôrno de Amsterdã.

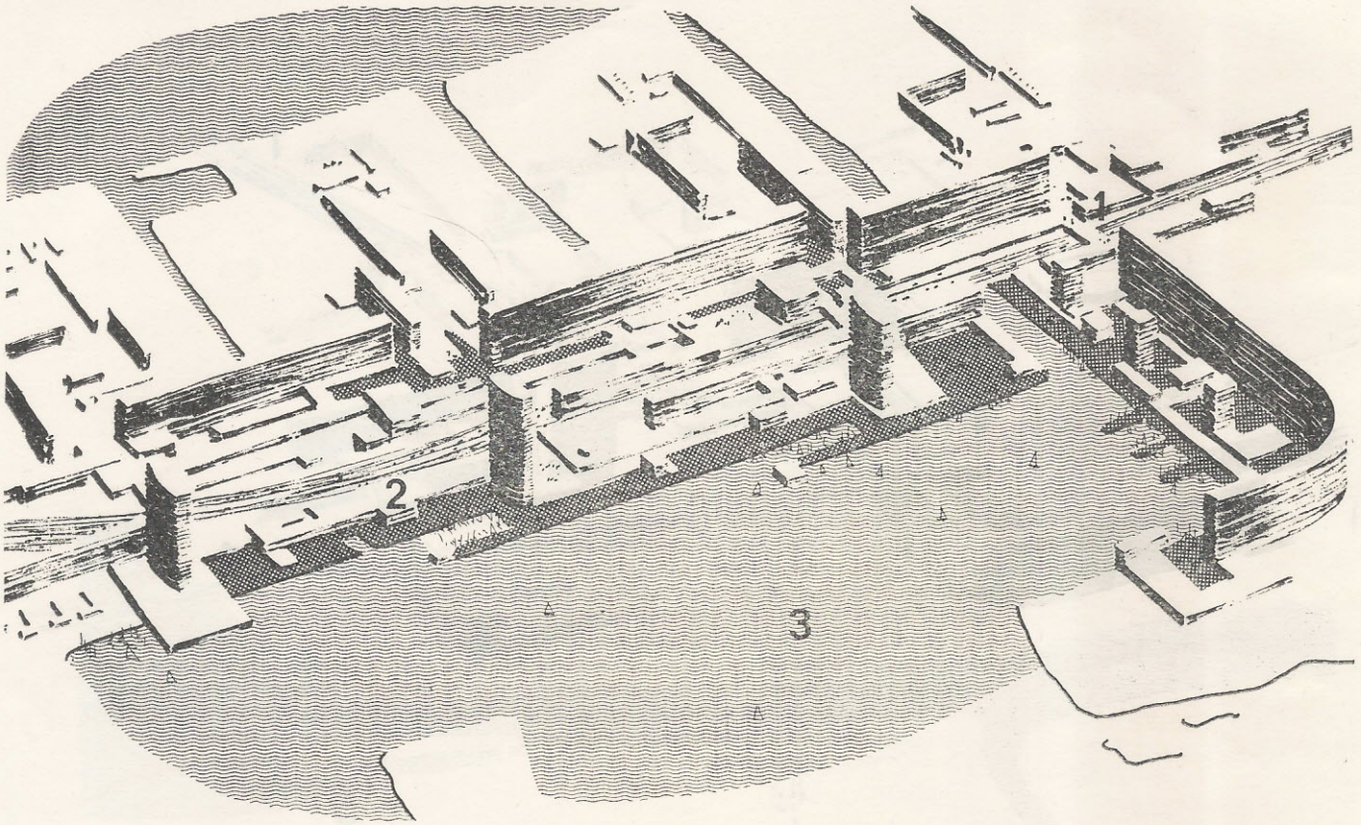
1 — artéria central de tráfego.

2 — **Shopping Center** sôbre duas vias com uma grande loja no centro.

3 — Três níveis.

4 — Via circular em tôrno de Amsterdã.

5 — Canal Amsterdã — Um cruzamento da artéria central em aqueduto. O monotrilho corre por cima do aqueduto. Previu-se, na ponte, uma parte móvel para passagem de navios muitos altos. Os **highways** não são elementos de divisão, ao contrário formam as conecções entre as unidades de habitação. Alta densidade de edificação até o fim do pôrto.



Segunda Ilha

65.000 habitantes.

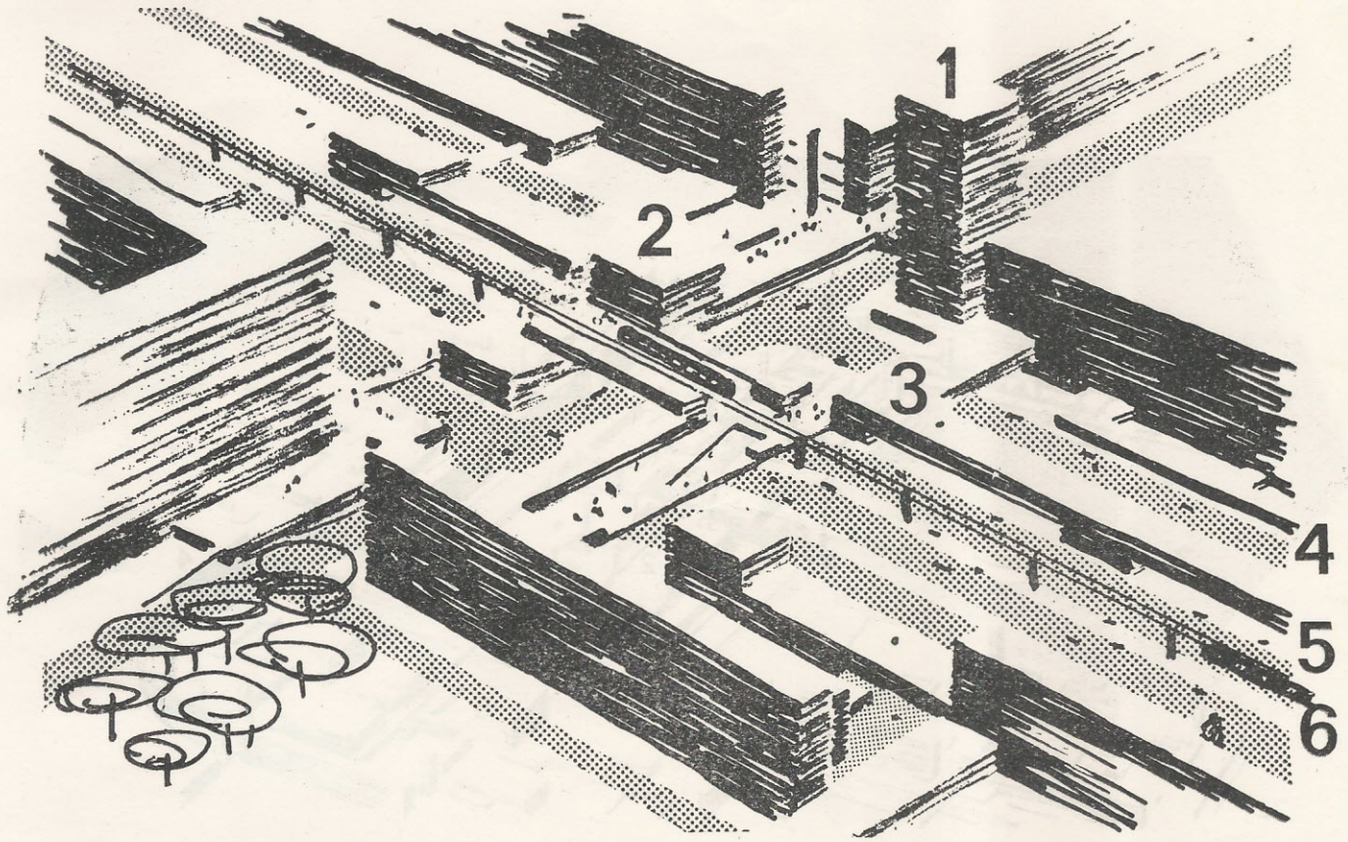
O maior dos três distritos, dado que a influência do centro de Amsterdã é aqui menor.

1 — Paradas para trens rápidos.

2 — Bulevares de um quilômetro e meio de comprimento, com centro de negócios e três blocos residenciais.

3 — Pôrto, ponto final dos lagos do Sul.

4 — **O Shopping Center** do outro lado da estrada arterial central tem o comprimento de um quilômetro e a área de 35.000 metros quadrados (500m quadrados para cada mil habitantes).

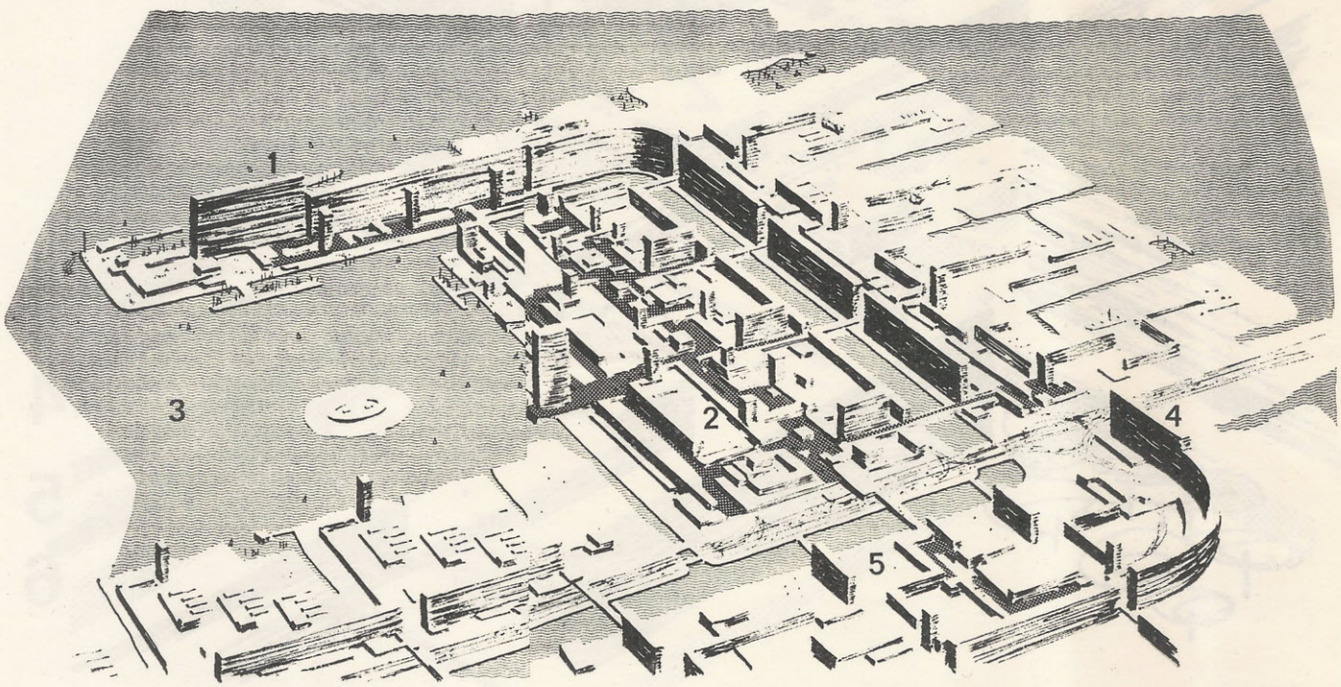


Terceira Ilha

30.000 habitantes.

O menor dos três distritos uma vez que a influência da cidade é aqui tão grande que só se faz necessário um pequeno **Shopping Center.**

1 — Bloco de apartamentos de 24 andares.
2 — **Shopping Center** em tôrno de grandes lojas, passagem de nível para pedestres acima das vias de tráfego.
3 — Negócios e escritórios.
4 — Vias secundárias.
5 — Vias de velocidades.
6 — Monotrilho.



Quarta Ilha

Cidade com 200.000 habitantes, maior população dependente dêste centro (perto, de 250.000 habitantes) permite criar aqui um centro completo, tipo centro de negócios e centro cultural.

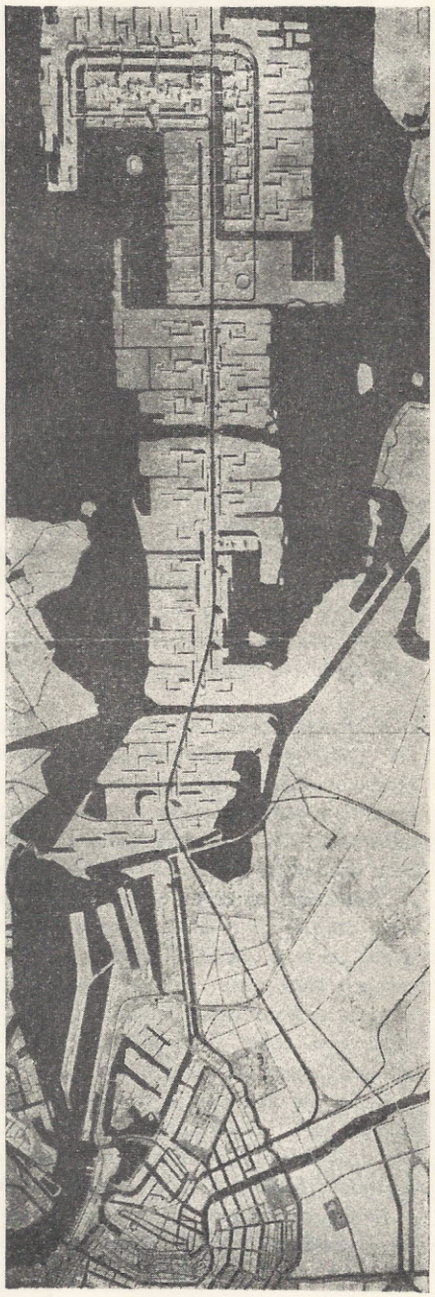
1 — Núcleo de blocos de 24 a 40 andares.

2 — **Shopping Center** de 1 km e meio de comprimento com 5 km de fachada de lojas, 100.000 m² de área destinada a pedestres acima do nível reservado ao tráfego motor. Ao nível das estradas, estacionamento de serviços e distribuição, negócios.

3 — Grande pôrto 1 por 2 km; com boulevar de 1,5 km de comprimento.

4 — Caminho de entrada para Flevoland.

A cidade tomaria ainda um caráter mais marcante se esta parte fôsse escolhida como sede de um grande empreendimento.



O plano "Pampus" é uma contribuição à solução da total urbanização da Holanda, fato que se aproxima de nós. Acreditamos que as atuais expansões concêntricas por si sós são insuficientes para tal fim, e vemos êste plano como um processo para obter uma equilibrada coerência de tráfego e áreas residenciais, sem a qual o quadro da total urbanização não pode tomar forma.

O estudo é a conseqüência e continuação da pesquisa sôbre possíveis agrupamentos residenciais que foi feita na Holanda por Pendrecht I e II (1949-1951), Hengelo (1950-1965), Alexander Poloerplan I e II (1953-1956), Kennermerland (1957-1959), Leeuwarden (1956-1965), Vlaardigen (1958), Noensel (1962), Amsterd (Buikslotermeer, 1954).

Fora da Holanda, foram feitos planos para Hamburgo (1961) e Wulfen (1961). O plano "Pampus" refere-se à parte linear de uma cidade radial em forma de estrêla: Cidade onde se vive e trabalha rodeado de espaços abertos, com recreação perto da moradia, de tal jeito que o **habitante da cidade possa viver no campo.**

A concepção exposta neste plano se adequa, qualquer que sejam os arredores, a qualquer ambiente, o qual dará o caráter à cidade assim concebida. No presente caso, o caráter seria dado pela água, que tem imprimido especial feição a Amsterdã através de tôda sua existência.

O elemento central é a estrada arterial com capacidade para o desenvolvimento futuro dos meios de transporte públicos e privados. Nela se situam escritórios, negócios e lojas. A distância média a pé, desde a artéria central, é de dois minutos, sendo de cinco minutos o percurso mais longo.

Nesse elemento central, encontram-se os agrupamentos residenciais, que são grandes mas de tamanho controlável, unidades formadas por muros de moradia nos quais há lugar para a evolução do estilo de vida e que podem ser construídos aplicando-se as técnicas de construção desenvolvidas.

As unidades de habitação têm espaços internos nos quais há escolas, igrejas e negócios. Estão rodeados por espaços abertos dotados de equipamento para recreação e reservas de áreas naturais. As unidades podem ser construídas com estruturas pré-fabricadas de acôrdo com as normas da futura produção de edifícios. Cada grupo é uma unidade arquitetônica, que poderia ser construído separadamente por um arquiteto ou grupo de arquitetos. A unidade de projetos não é mais o bloco e sim o grupo (3.000 moradias) com funções integradas. (Ver Bow, 8-5-1965, pg. 706). Daí também decorre a alta densidade de construção.

Cada grupo de moradias pode ter forma diferente harmonizada, dependendo da aplicação da mesma técnica de produção.

Estão ainda em começo as pesquisas técnicas necessárias a possibilitar um roteiro de **idéias,** e se referem especialmente às fundações e aspectos hidráulicos. Posteriores informações podem trazer alteração no resultado final sem no entanto afetar a concepção principal da cidade linear.

O estudo será desenvolvido posteriormente, tendo em conta as críticas que surjam como resultado desta publicação.

Achamos que a urbanização total só poderá tomar forma se os arquitetos desenvolverem seus pontos de vista sôbre o assunto, comparando suas idéias com as de seus colegas.

O trabalho do arquiteto deve ser no sentido de tornar possível a vida num espaço natural total construindo nêle de maneira a dar àqueles que usam edificações por êle projetadas o direito de conhecer, a tempo, que existem possibilidades de tornar êsse objetivo uma realidade. Tornar conhecida esta possibilidade, em tempo útil, é condição importante para que a população possa participar nas decisões atualmente necessárias para produzir uma área edificável que deverá estar pronta para ser utilizada no ano 2.000.

A divulgação dessas idéias é missão de cada arquiteto que esteja motivado a colaborar no esfôrço do homem para sentir-se seguro vivendo no espaço ilimitado.

Bakema.

A falta de Mirán

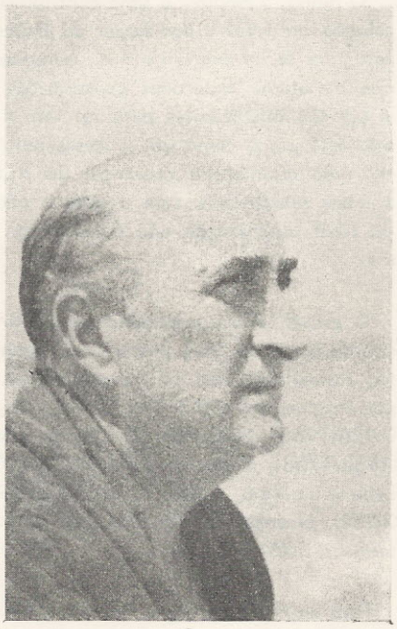
Miran de Barros Latif

Engenheiro, nascido em São Paulo, numa fazenda de café do município de São Simão, Miran de Barros Latif formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e era um apaixonado defensor das nossas coisas — as antigas e as naturais, principalmente. No início de sua carreira, Miran praticou a prospecção e a mineração, tendo buscado mais tarde os caminhos da arquitetura e do urbanismo, bem como o das letras. Seu primeiro livro **As Minas Gerais,** data de 1938, e a êle se seguiram **Uma cidade nos Trópicos** (1948), livro no qual o crescimento do Rio de Janeiro é visto do ângulo do tropical; **O Homem e o Trópico** (1958), continuando inédito o prometido **Dois Barrocos e um Clássico,** ensaio ecológico de arte que esperamos seja publicado em breve pela AGIR, sua editôra.

Miran de Barros Latif foi um eficiente colaborador de ARQUITETURA. Em nossas páginas êle explanou o tema da aeração nos trópicos, que lhe era tão caro e que infelizmente tão pouca atenção tem merecido no que diz respeito a arquitetura e a planejamento urbano.

ARQUITETURA rende sua homenagem ao antigo colaborador e ao homem que em vida manteve uma constante preocupação e vigilância sôbre o nosso patrimônio e nossa paisagem, transcrevendo o que de melhor sôbre êle se escreveu — uma crônica de Carlos Drumond de Andrade publicada no "Correio da Manhã".

MNB



Sem publicidade, discreto e fino como sempre morreu Miran Latif, um engenheiro diferente. Dêle se poderia dizer que era **também** engenheiro, pois o que lhe definia a individualidade seria antes o sociólogo, com um toque de artista e outro de historiador — combinação de extremo bom gôsto, a distinguir um homem de sociedade que sabia ser ameno sem ser frívolo.

Diante da exploração desenfreada dos depósitos de ferro em Minas Gerais, desprezando interêsses de classe a que profissionalmente estava ligado, condoeu-se da paisagem e lutou por preservá-la. O Pico da Serra do Curral, em Belo Horizonte, encontrou nêle, ante a convocação da DPHAN, um defensor bem municiado, mas foi o Pico de Itabirito que se tornou objeto de sua maior campanha. Uma campanha desenvolvida sem barulho, só de argumentos técnicos de um perito em mineração, a serviço de uma causa estética e histórica.

Marco da penetração bandeirante nas brenhas mineiras, o Itabirito impressiona a qualquer viajante, que vê agigantar-se no horizonte sua escultura natural, variável a cada ângulo da estrada. Só não impressionou os grupos estrangeiros que extraem e despacham nosso minério, pouco se importando com a ruinaria desolada que deixam como lembrança. A sensibilidade de Miran procurou salvar essa testemunha do passado, que poderia perfeitamente continuar onde está, sem prejuízo para os acionistas das emprêsas mineradoras. O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fêz sua a reivindicação de Miran Latif, defendendo-a com teimosa solicitude junto ao presidente da República. Nada se conseguiu até hoje. Mas a iniciativa de Miran ficará como gesto positivo de compreensão de valôres culturais, tão dignos de aprêço quanto os valôres econômicos, e perfeitamente compatibilizáveis com êstes desde que se alargue a perspectiva intelectual.

Teve melhor sorte quando cuidou de preservar uma porção característica da fisionomia do Rio de Janeiro, para que não nos afundemos de todo numa era de desenvolvimento sem raíz, sem referência histórica, sem côr nem cheiro. O trecho mais largo da Rua do Catete figura hoje nos Livros do Tombo da DPHAN, com seus sobrados oitocentistas, seus azulejos estampilhados, suas estatuetas e vasos do Rio de Macedo e Machado de Assis: amostra de um tempo, de um jeito de viver, de um modo carioca de morar, que interessa documentar, se quisermos dar continuidade e sentido à memória urbana.

Saudosista, então, Miran Latif? Oh, não. Êle sabia ligar a imagem do passado ao processo evolutivo, e era dos que mais se encantam com o espetáculo da vida em movimento. Sua **Comédia Carioca** aí está para documentá-lo. Miran "pegou" a alma do Rio desde os autos coloniais, que serviam para lavar o cérebro dos índios, até a rua de hoje, agitada, gaiata, satírica e sensual. Não como repórter amigo do pitoresco, embora desse leveza a suas sínteses, mas como observador culto, de visão sociológica, interessado na análise das técnicas que permitem o domínio do meio tropical pelo homem urbano. Seu atualismo revela-se precisamente no amor ao passado orgânico: o livro excelente sôbre a formação histórica de Minas Gerais é completado pela ação defensiva da sua paisagem, um bem superior ao tempo.

Com tanta gente querendo acabar com a natureza, vamos sentir duas vêzes a falta de Miran Latif.

Critérios Para a Aplicação de Normas Habitacionais e de Saneamento Ambiental

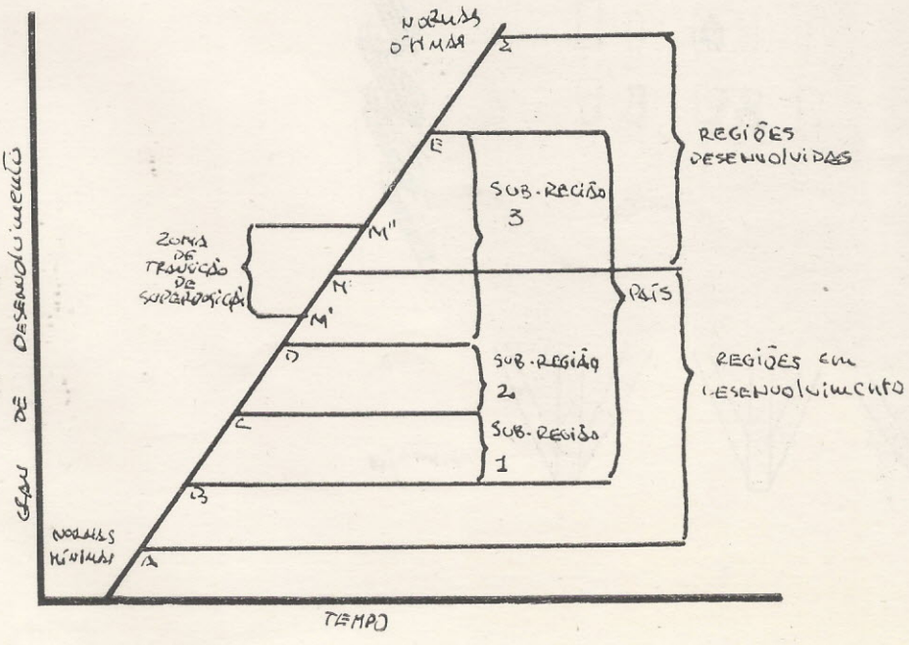
Sempre que se procura analisar as condições habitacionais de uma determinada região, para formular programas de moradias e de saneamento ambiental, ou ainda para orientar convenientemente a expansão dos aglomerados humanos, tem-se a necessidade de se dispor de normas que facilitem êste trabalho. Na prática, e frente à eventual ausência dessas normas, é costume se adotarem padrões oriundos de outros países, esquecendo-se que o grau de desenvolvimento dêstes pode ou não coincidir com o das regiões onde se procura aplicá-los, conseqüentemente, êstes padrões podem estar além ou aquém das possibilidades e necessidades locais.

Para se formularem normas é necessário considerar os seguintes aspectos:

1) **Normas Mínimas e Ótimas:** é óbvio que, dentro das condições de cada lugar deverá haver sempre um limite mínimo e outro máximo, ou ótimo, entre os quais deverão situar-se as normas convenientes ou recomendáveis. Na prática, as normas que se adotam costumam ter caráter de mínimas, mas, equivocadamente, são interpretadas, quase sempre, como convenientes ou recomendáveis, o que pode influir desfavoràvelmente nos resultados.

2) **Dinamismo das normas:** o contínuo desenvolvimento tecnológico da época atual possibilita a obtenção de uma permanente melhoria das condições de vida, o que implica numa constante mudança das normas ótimas e conseqüentemente, numa revisão periódica das normas a fim de adaptá-las às condições em transformação. Tais mudanças, no entanto, não significam necessàriamente que as normas devam ser sempre mais exigentes. Êstes critérios podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Supondo que as normas possam variar dos níveis A a Z, as normas mínimas corresponderiam ao nível A e as normas ótimas ao nível Z. Considerando a existência de regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, houve necessidade de se fixar um nôvo nível M, intermediário entre A e Z. Conseqüentemente, M ou M', ligeiramente mais alto, passaria a ser o nível correspondente às normas ótimas das regiões em desenvolvimento; e o mesmo nível M ou M'' ligeiramente mais baixo, seria o nível correspondente às normas mínimas das regiões desenvolvidas; quer dizer que, entre M' e M'', se estabelecerá uma zona de transição ou superposição.



Mais ainda: um país qualquer poderá compreender diversas regiões, umas mais desenvolvidas do que as outras. Supondo, por exemplo, que um país X, tìpicamente em desenvolvimento, possa ter três sub-regiões de diferentes graus de desenvolvimento, cujas normas variassem entre B, C, D e E, teríamos estas regiões fixadas em 1, 2 e 3. No caso, as sub-regiões 1 e 2 seriam tìpicamente em desenvolvimento enquanto que a sub-região 3 poderia ser classificada, em sua maior parte, como desenvolvida. Não só esta situação é usualmente encontrada nos países em desenvolvimento, como sua similaridade invertida, pode ser verificada em países desenvolvidos.

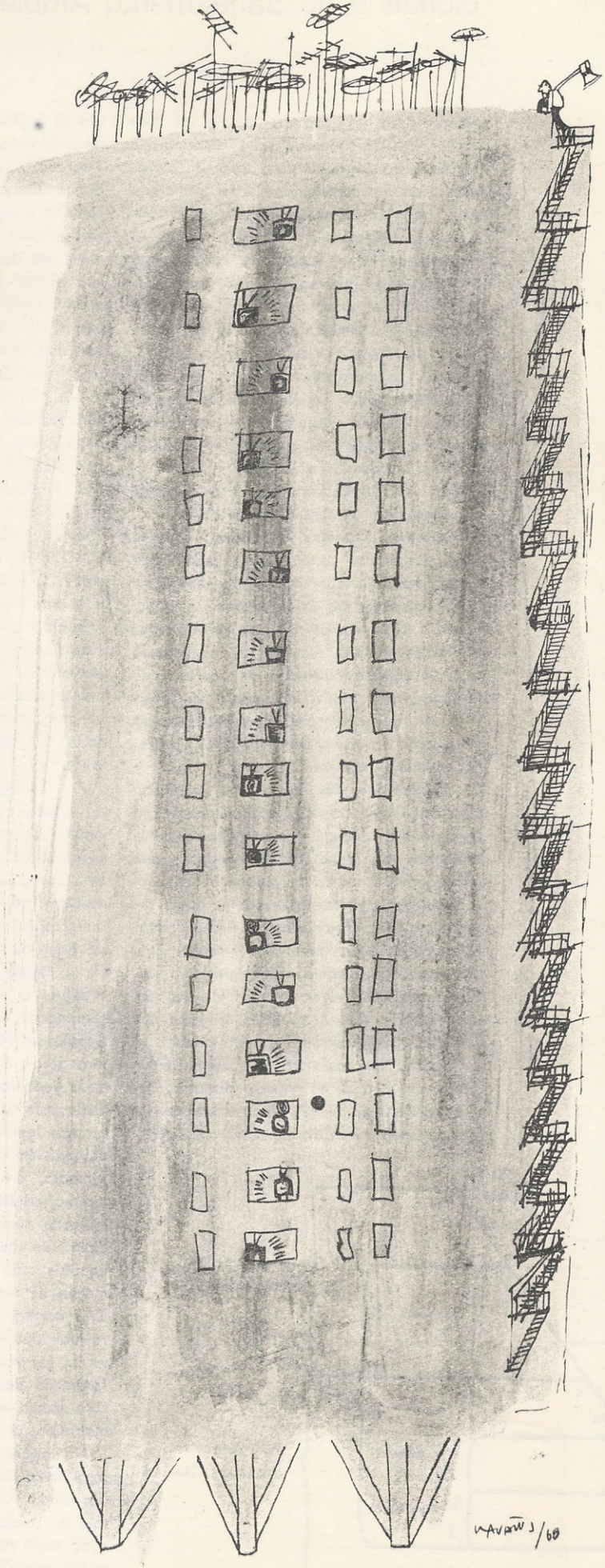
As distorções registradas tôda vez que se estabelece o déficit de habitações na América Latina são, por exemplo a manifestação da existência de tôda uma gama de sub-regiões de desenvolvimento que coexistem no conjunto dos países latino-americanos e, portanto, a impossibilidade de fixar normas de caráter geral para tôda a região; em outras palavras: o que constitui a habitação inadequada em determinados lugares não o é em outros.

Conclusão: Não é possível determinar normas gerais de habitabilidade para ser aplicada indistintamente em qualquer região. Cada país deverá estabelecer suas próprias normas levando em consideração a provável existência de sub-regiões de desenvolvimento, em seu próprio território. Êsse mesmo critério, possìvelmente, poderia ser aplicado também em cada cidade, especialmente quando se trata de princípios capitais cujo crescimento dê lugar à formação de regiões metropolitanas.

Tais normas serão válidas sòmente durante um determinado tempo; portanto, deverão ser revistas cada vez que a transformação das condições econômicas e sociais locais ou o aporte de novas técnicas, materiais ou equipamento, o justifique.

No entanto, em qualquer caso, as normas de habitabilidade deverão ser formuladas tendo em conta os critérios fundamentais de salubridade aplicáveis à habitação e ao meio residencial, que têm sido publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na série de informes técnicos.

(Extraído do suplemento informativo do CINVA — Abril, 1967)



I encontro nacional de arte sacra: A arte sacra após o concílio

O Secretariado Nacional de Liturgia, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reuniu no Rio de Janeiro em fins do ano passado comissões de arte sacra de vários regionais da CNBB, para a realização do I Encontro Nacional de Arte Sacra. Durante cinco dias, em novembro último, liturgistas, artistas e arquitetos reunidos na Casa N. S. da Paz, em Ipanema, discutiram os seguintes temas: A Teologia do Templo, **relatada por D. Domingos Sanchis, OSB, Diretor do Instituto Superior de Pastoral Litúrgica;** Organização do Espaço Sagrado, **onde se debateu o programa e a localização do templo e suas peças essenciais, à base de um relato preparado pela equipe do Departamento de Arte Sacra da Mater Ecclesiae, de São Paulo, representada no Encontro pelo Padre Darcy Corazza e pelos arquitetos Eideval Bolanho, IAB-SP e Munir Buarras, IAB-SP;** e Caminhos da Arte Sacra Contemporânea, **cujo relato esteve a cargo da Comissão de Arte Sacra do Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil, integrada pelos arquitetos Maurício Nogueira Batista, IAB-GB, Dora Monteiro Alcantara, IAB-GB, Carlos Nelson F. dos Santos, IAB-GB e Sylvia Maria Wanderley, IAB-GB.**

Os trabalhos do Encontro foram dirigidos e coordenados pelo Cônego Amaro de Albuquerque e dêles participaram, além dos já mencionados, D. Gerardo Martins (Regional Nordeste II), Alfredo de Sá Earp Hertz, Irmã M. Gian Carlo Baroe, D. Marcos Barbosa, OSB, e D. Paulo Rocha, OSB, (Regional Leste I); Orlandino S. Fernandes, diretor do Museu da Inconfidência (Regional Leste II); arquiteto Geraldo Nogueira Batista, IAB-DF (Regional Centro); engenheiro Euro Brandão (Regional Sul II); arquiteto Doris Maria Muller, IAB-RGS, Padre Evaldo Scheid e Ilmo Pedro Schutz (Regional Sul III).

A seguir, são transcritas as conclusões a que chegaram os participantes do I Encontro Nacional de Arte Sacra.

Unidos em comum esfôrço de reflexão, tendo em vista as condições pastorais da renovação artístico-litúrgica no Brasil, liturgistas, artistas e arquitetos examinaram a situação existente, quer sôbre os antigos templos em indispensável remodelação, quer sôbre as novas possíveis construções. Do pensamento comum a todos os participantes, deduziram-se as seguintes conclusões sôbre "A Arte Sacra após o Concílio".

I — Teologia do Templo
II — Organização do Espaço Sagrado
III — Caminhos da arte sacra contemporânea
IV — Outras conclusões sôbre:

A. Vestes litúrgicas
B. Registros ou "santinhos"
C. Monumentos históricos
D. Encontros regionais

I. TEOLOGIA DO TEMPLO

1. Qual o significado duma igreja na cidade dos homens?

A mentalidade mais comum entre os cristãos, e também os não-cristãos, tenderia a considerar a igreja como o "templo sagrados cristãos".

Essa visão traz as marcas de uma concepção simplesmente "religiosa" do cristianismo, considerado como uma religião entre outras e que, como tal, deveria possuir o seu corpo estruturado de mediações do sagrado: sacrifício, sacerdote, altar, templo, etc.

Nesta perspectiva a igreja, por si, significaria a presença do numinoso no meio da cidade dos homens e o lugar reservado ao encontro dos homens com Êle.

Numa visão mais evangélica, parece-nos, no entanto, que essa mentalidade não corresponde à intenção fundamental do Nôvo Testamento: desde a Encarnação e desde a Páscoa, o único Sagrado substancial, o único ponto de Encontro da humanidade com Deus, é o Corpo ressuscitado de Cristo, em que habita a divindade. Nêle, Verbo criador e salvador, é a existência tôda do cristão que assume um caráter cultural, inclusive na sua dimensão dita profana. Nêle, o cristão, e a assembléia dos cristãos, tornou-se templo de Deus.

Fora do Corpo glorioso e do Corpo místico de Cristo, o Nôvo Testamento não conhece outro "lugar sagrado", nem outro templo de Deus.

Se a igreja de pedras pode receber — acabou recebendo de fato — os nomes de "templo", de "Casa de Deus", é ùnicamente porque ela contém a Ecclesia feita de homens e sôbre ela se refratam de qualquer modo as prerrogativas do verdadeiro Templo.

O papel essencial da igreja no meio da cidade não é, pois, impor aos homens a presença significada do sagrado, mas ser como que a "petrificação" da assembléia dos cristãos que nela se encerra.

2. Precisamos construir catedrais?

A noção de igreja catedral está diretamente relacionada com a perspectiva teológica de Ecclesia diocesana, mãe e fonte de tôdas comunidades eclesiais. Mas, ao longo dos séculos de cristandade numa sociedade marcadamente sacral, ela assumiu muitas das prerrogativas tradicionalmente reconhecidas ao lugar sagrado, ponto focal da cidade, e o mais digno dentre os monumentos que tornam sensível a sua estrutura: palácio do govêrno, câmara municipal, tribunal, cadeia, teatro, etc. . . .

É pois mistér purificar essa noção.

Será legítimo e necessário construir uma catedral que seja ao mesmo tempo paróquia principal da cidade e sede diocesana do bispo. Essa igreja, sem nunca admitir proporções monumentais, poderia no entanto prever um espaço um pouco maior do que as outras, em vista de possíveis concentrações. Constata-se, no entanto, que a tendência generalizada é realizar essas concentrações, relativamente raras, em lugares mais espaçosos como sejam praças públicas, estádios, etc.

Mas não se justificaria, nas perspectivas conjugadas duma teologia evangélica do Templo, de uma pastoral voltada para a comunidade real, da situação cultural pluralista e dessacralizada, das condições sociológicas e econômicas do mundo atual, condições gritantes no Brasil, a construção de uma catedral-monumento que corresponderia simplesmente a uma necessidade de afirmação.

3. Que fazer com as igrejas antigas?

Frente às igrejas antigas muitas vêzes portadoras de uma tradição e testemunhas de um passado cultural e religioso, o primeiro dever da comunidade será preservá-las na sua integridade essencial.

Muitas vêzes a incúria ou a falta de preparo cultural do clero e das comunidades ocasionaram lamentáveis perdas, na parte ou no todo. Na dificuldade de formar uma opinião pessoal válida, aconselha-se o recurso aos técnicos dos órgãos competentes.

Na maior parte das vêzes uma adaptação às novas exigências da liturgia será desejável e possível.

Observa-se no entanto na geração mais nova uma certa resistência a celebrar num quadro anacrônico a liturgia de um cristianismo que se quer vivo e atual.

Levanta-se pois a hipótese de uma utilização simplesmente cultural de tais edifícios.

4. Como se manifestará hoje, no Brasil, o equilíbrio entre

— o caráter de mera funcionalidade do lugar do culto cristão

— as exigências do sagrado — sacramental

— as exigências do sagrado — pedagógico.

A liturgia, sendo emergência ritual do culto total do cristão, é feita de um conjunto de sinais em que se encarna e prolonga a iniciativa gratuita de Deus que culminou em Cristo. É o sagrado sacramental. Êsses sinais se caracterizam, segundo S. Agostinho, por uma simplicidade quotidiana (pão, água, etc...) e por seu reduzido número.

Parece consoante à natureza sensível do homem rodear êsses sinais essenciais de uma atmosfera (gestos, expressão plástica, paramentos, imagens, etc) que facilite o entrosamento psicológico do homem com êles. É o sagrado pedagógico que durante séculos proliferou o ponto de abafar a significação essencial do mundo sacramental. Importa hoje voltar a uma simplicidade primitiva, mais de acôrdo com as reformas do Vaticano II.

As manifestações procuradas através dêsse sagrado pedagógico serão pois inteiramente dosadas conforme as necessidades psicológicas e as condições culturais duma assembléia concreta, tendo sempre em vista os dois excessos de uma liturgia desencarnada e de uma expressividade artificial e teatral que fàcilmente descambaria para nutrir uma concepção ritualística e quase mágica do sacramento.

5. Construir a igreja de pedras ou a igreja de homens?

Numa pastoral pré-conciliar dava-se muito ênfase e primazia à construção de edifícios de culto. O despertar da consciência cristã para a prioridade da evangelização e a preeminência da construção de uma comunidade de homens em Cristo, conduz a inverter esta ordem. Assim sendo, podemos concluir que a comunidade será levada a celebrar a liturgia local condizente com suas possibilidades (culturais econômicas, sociais, ...) e com a etapa correspondente de seu desenvolvimento e estruturação. Uma simples casa de família, um galpão, uma sala de serviço comunitário, uma escola, um templo móvel (carro ou barco-capela), poderão constituir local adequado a uma liturgia plenamente autêntica. Mesmo para as soluções com perspectivas mais definitivas será válido levar em conta, possibilidades outras que não as de uma igreja no sentido tradicional da palavra. Centro paroquial com uma sala principal de uso comunitário, um andar de edifício, são exemplos não limitativos de pistas abertas à inventividade dos pastores e arquitetos. Essas conclusões não nos levam a negar a legitimidade da construção de igrejas.

No entanto, a visão prospectiva de uma pastoral mais desclericalizada e orientada para as comunidades de base, futuramente diaconais, parece contra-indicar a construção de igrejas demasiado grandes. Sobretudo nunca se poderá perder de vista que o essencial do testemunho do sagrado, no cristianismo, é o amor da comunidade cristã no mundo, valor que deverá transparecer no edifício que a reúne, não através das manifestações de suntuosidade (autênticas ou falsas), mas na transparência, tornada sensível, das bemaventuranças evangélicas.

II. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO

1. Baseado nos Documentos do Concílio e nas conclusões sôbre "Teologia do Templo" e em prosseguimento das mesmas, aconselha-se que, se houver necessidade de construção de novos templos e de renovação dos existentes, observe-se o princípio de que o **templo serve à comunidade.** Deve, portanto, estar na escala da comunidade e no estilo de vida da mesma.

2. Como decorrência dêsse princípio e levando-se em conta a desejável renovação de soluções, recomenda-se especial atenção para os seguintes aspectos:

a. **Autenticidade** — que se se revele na criação de um ambiente, desprovido de artificialismo, buscando a veracidade dos materiais e da intenção construtiva. Evite-se o supérfluo e o exagerado didatismo.

b. **Simplicidade** — que se expresse, porém, com nobreza e dignidade, conveniente ao templo. O decorativismo, o excessivo rusticismo ou esquematismo ficam assim abviados.

c. **Funcionalidade** — que vise ao desempenho ministerial adequado e favoreça efetiva participação dos fiéis.

d. **Verdadeira expressividade artística** — obtida pelo emprêgo de boa arquitetura, rejeitando-se as soluções medíocres ou meramente formalistas.

e. **Integração no ambiente social e físico** — que, como já foi enunciado, é essencial ao templo que serve à comunidade, e se insere sem violência no seu "habitat".

3. Embora a essência de um programa de templo seja, em ordem de importância a seguinte:

a. lugar de reunião da comunidade

b. lugar da proclamação solene da palavra.

c. lugar da celebração eucarística.

d. lugar de dispensação dos sacramentos, deverá ser adaptado de caso, pela comunidade (ministro e fiéis).

4. Tendo em vista estas funções recomenda-se quanto a

a. **Nave**

— seja guardada a unidade da comunidade, sem massificá-la.

— haja comunicação visual e direta entre oficiantes e comunidade.

b. **Presbitério**

— seja lugar distinto mas não separado da nave

— recebam nêle localização as seguintes funções:

- presidência da assembléia
- proclamação da Palavra
- celebração da eucaristia.

A mais importante é a que no momento se realiza.

— sôbre a localização do tabernáculo confiram-se os números 52-57 da "Eucharisticum Mysterium".

— não receba a imagem do padroeiro, quando houver lugar de destaque principal no presbitério.

— o altar, Mesa de Sacrifício, para cumprir essa função, não deve ser de tamanho exagerado.

c. **Côro**

— sua localização seja o mais possível inserida na comunidade, perdendo assim a sua razão de ser a tribuna tradicional à entrada do templo.

d. **Batistério**

— seja visível da nave.

— permite sempre a celebração comunitária.

e. **Confessionários**

— sejam usados os portáteis, enquanto os estudos sôbre o rito da Penitência.

5. Outros problemas menores resolvam-se seguindo o princípio de funcionalidade, como o caso dos campanários que sòmente têm função nas igrejas rurais.

6. Projeto e execução confiados a bons profissionais habilitados.

III. CAMINHOS DE ARTE SACRA CONTEMPORÂNEA

1. Devemos compreender a realidade de um país como o Brasil, onde co-existem áreas razoàvelmente desenvolvidas e regiões muito primitivas.

Mesmo nas áreas mais fortemente industrializadas (grandes cidades) aparece uma considerável variedade de situações — sociais, culturais e econômicas.

Isto nos leva a crer que, no campo da expressão religiosa, qualquer experiência artística possa ser considerada válida, uma vez que satisfaça ao essencial do tema proposto e que atenda e respeite as características de cada local e de cada comunidade. Essas experiências podem se estender desde aquelas mais integralmente industrializadas até às da arte primitiva, passando pelas diversas técnicas semi-industriais e artesanais.

Para tanto é indispensável, como primeiro passo:

a) maior entendimento entre o artista e a Igreja e desta com aquêle, visando, ambos, maior comunicação com o povo;

b) e que, numa época marcada por profundas transformações como a que vivemos, é preciso cuidar em não inibir tentativas válidas e autênticas de manifestação artística. Na ânsia de se expressar, o artista de hoje poderá muitas vêzes chocar e escandalizar; no entanto, acreditamos ser do dever daqueles que se preocupam com a renovação ou o surgimento de uma arte sacra contemporânea, uma constante atenção aliada à tentativa de compreensão e de apreensão de tôdas as formas de que se revestem os valôres sensíveis da comunidade.

2. Comissões regionais já estão funcionando em alguns lugares, se bem que em têrmos restritos. Para que tais trabalhos venham a ter maior objetividade é necessário refletí-los em uma visão nacional.

Como medida para que se venha atingir êsse objetivo, torna-se necessára a coordenação de programas em nível nacional, impondo-se, portanto, a constituição imediata de uma Comissão Nacional de Arte Sacra.

A esta Comissão caberia, além da coordenação das atividades das comissões regionais e da formulação de um programo nacional, o intercâmbio com entidades, organismos ou pessoas interessadas em problemas semelhantes, dentro e fora do país, visando um maior conhecimento das experiências e das realizações no âmbito da arte sacra.

IV. **Outras conclusões**

A) **Vestes litúrgicas**

As vestes litúrgicas devem seguir os mesmos princípios adotados para a arte sacra em geral.

1) Nelas devem transparecer os sinais evangélicos expressos nas Bem-aventuranças. Que sejam antes de tudo vestes despojadas, simples e dignas.

2) Para isso dê-se ênfase ao tecido, à côr e ao corte;

a) O tecido feito à mão presta-se melhor que nenhum outro a essa finalidade. No entanto, não se pode excluir o tecido industrial. Alguns dêles, de fibra sintética, dão muitas vêzes, por suas características, ótimos resultados.

b) As várias tonalidades das côres das vestes litúrgicas podem ser utilizadas tendo-se sempre em vista o local onde devem ser empregadas.

c) Parece-nos que os cortes mais amplos correspondem melhor ao sentido das vestes litúrgicas.

3) Evite-se, portanto, também nas vestes litúrgicas, o excesso de didatismo, simbolismo, aplicações e tudo o que seja superposto e puramente ornamental. Tenha-se sempre em mente que elas não percam o caráter de veste sacerdotal (masculina).

B) **Registros ou "Santinhos"**

Leve-se em consideração três aspectos fundamentais: função, conteúdo e apresentação.

Função — Veículo didático (por isso mesmo não se o abençoa) que deve servir para transmitir uma mensagem religiosa.

Mensagem (Conteúdo) — Deve ter:

Autenticidade — deve ser de acôrdo com os ensinamentos da fé.

Simplicidade — quando se tratar de texto, e uso de um só símbolo referente a uma mesma idéia ou realidade; unidade de idéia ou realidade.

Clareza — inequívoca na expressão da mensagem.

Afinidade — com a vida quotidiana concreta da área de divulgação.

Correspondência — com as manifestações normais da vida.

Apresentação (Desenho, composição) — Deve ter:

Correspondência com as manifestações autênticas do ser humano.

Simplicidade de motivo e de composição; discreção no uso de materiais diferentes ou de símbolos e dísticos, quando em conjunto.

Admitir o uso de fotografias de obras de arte, como esculturas, pinturas e outras, além de também fotografias de paisagens, construções e fatos humanos etc., acompanhados, neste caso, de dísticos breves que ilustrem a mensagem, tirados ou não da Escritura.

Admitir o uso de textos sem acompanhamento de figuras com validade artística (há apresentação gráfica na composição, nos tipos empregados, no material usado, etc).

Fazer eliminação de pieguismo e sentimentalismo nas figurações e no texto.

Permitir liberdade de criação formal.

C) **Monumentos históricos**

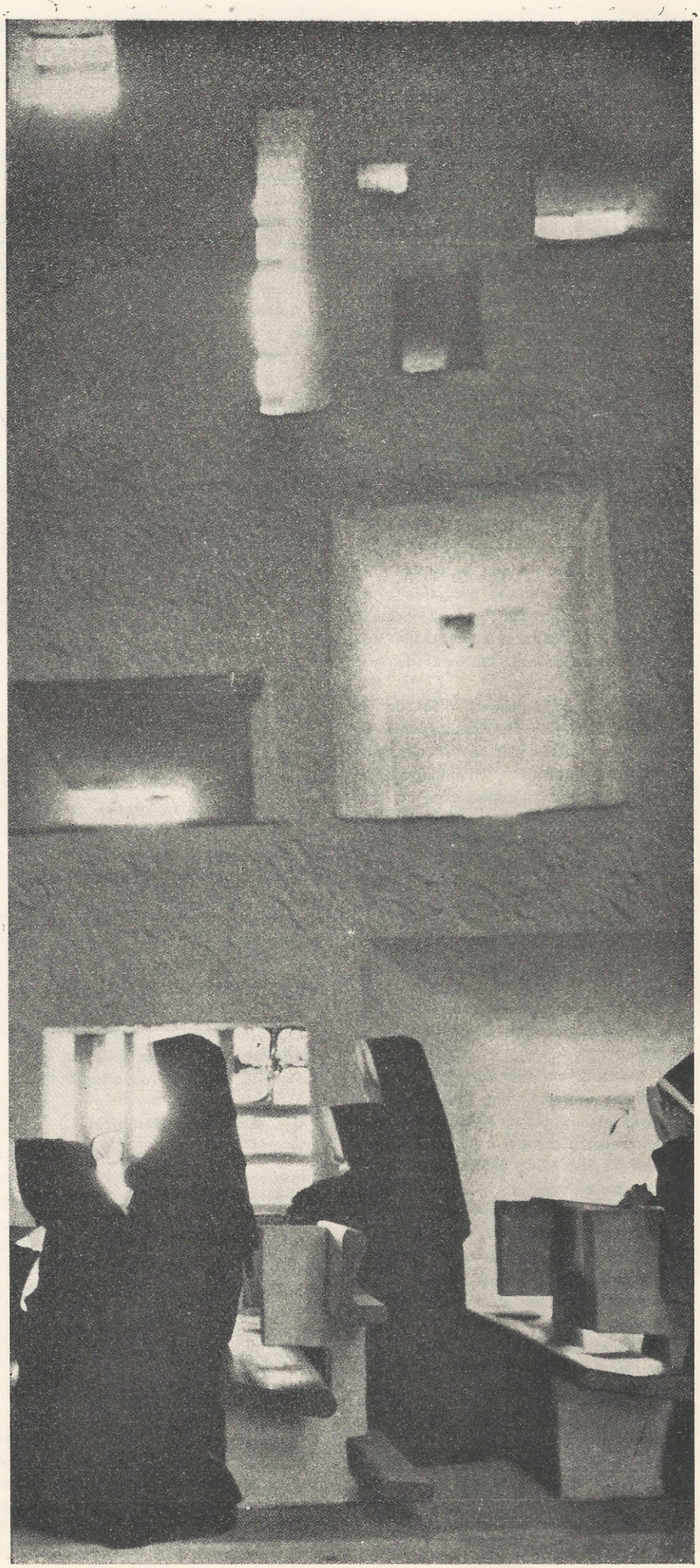
Recomenda-se que, nas renovações e reconstruções, obras de arte e culturais, bens eclesiásticos antigos, não sejam alienados ou destruídos sem prévia seleção por parte da Comissão Regional, com assistência dos órgãos oficiais próprios, de modo a salvaguardar-se aquilo que seja fundamental para documentar o papel cultural e social relevante que a Igreja vem cumprindo entre outros efeitos.

D) **Encontros regionais**

O I Encontro Nacional de Arte Sacra insiste na necessidade da realização de encontros em todos os Regionais, com a participação de liturgistas, arquitetos, etc., para o estudo e o debate dos problemas da arte sacra no mundo contemporâneo.

Notas sôbre os edifícios destinados ao culto

Arquiteto Geraldo Sá Nogueira Batista, IAB-DF



Uma das características da arquitetura contemporânea é que nela a igreja, o edifício destinado ao culto, perdeu por completa o papel proeminente, mesmo essencial, que até então tinha desempenhado. No passado, a História da Arquitetura se confundia com a da evolução espacial e construtiva das igrejas. Hoje, como sabemos, a situação é tôda outra.

Importa entretanto compreender o que se passa, e como compreender sem se ater a questões de princípio, sem ir é raiz de certos problemas, em comprometermo-nos com determinadas questões? Como dizer que a arquitetura sagrada ocidental (o ocidental por mera comodidade de exposição, pois o sagrado é uma categoria, quer desejemos ou não, universal apesar de suas particularidades) vive uma crise e tentarmos explicar esta crise sem sequer notar que está indissolùvelmente ligada à crise em que se debate o cristianismo hoje? Mesmo correndo o risco de uma provável superficialidade, será nesta linha que procuraremos pesquisar.

Quais portanto as causas da esterilidade de um campo anteriormente tão fértil? O fato é que vivemos um tempo de revisão, somos os privilegiados participantes de uma história que se encontra num dos seus momentos, por assim dizer, de revolução e ebulição. Velhos e mesmo recentes conceitos são ràpidamente derrubados por um fenômeno geral de aceleração e o trágico é que nem sempre a sua substituição se faz com idêntica urgência. Por outro lado, a dificuldade de se achar terra firme onde pisar, no lôdo da arte sacra contemporânea, é quase que total. Ora a questão é vista de um ângulo estritamente religioso, ora são as preocupações formais, estetizantes que predominam. Não há dúvida que a unidade do passado se quebrou e raras são as expressões totalizadoras. Tratar-se-ia talvez de saber se o fato traduz uma crise momentânea, ou se corresponderia mais a algo conquistado em defintivo e êste seria então um dado fundamental do problema.

Se estamos atravessando uma fase de amadurecimento, que implica, pelo menos no dizer de alguns, no abandono definitivo de uma pré-história que estaríamos ainda vivendo, e se êste amadurecimento é particularmente doloroso e difícil, não será porque tivemos uma infância traumatizada, com contradições, dificuldades que ainda não soubemos ou não pudemos ultrapassar? Sabemos depois da psicanálise, que uma catarse se faz inicialmente por uma revisão dos fatos passados, das crises vividas, por um relembramento, por um pôr-em-evidência a memória. Memória que, diga-se de passagem, no que se refere aos problemas que estamos aqui abordando, uma certa **boa consciência cristã e ocidental** tenta desesperadamente bloquear e negar, diante do esfôrço organizado da ciência e do assalto de novas fôrças que, mui justamente, querem nada mais, nada menos, assumir a juventude do mundo. Ora, no caso, transpondo lìcitamente ou não o método psicanalístico, pôr em evidência a memória de um mundo é simplesmente nos colocarmos diante de uma história que deve ser compreendida e portanto necessàriamente também assumida. Colocando-nos diante da história é que procuraremos responder a uma pergunta que, embora impertinente é, na verdade, fundamental: o que é uma igreja, o que representa para nós o espaço compreendido pelas paredes das construções a que nos acostumamos chamar de capela, templo, basílica, sinagoga ou catedral? A questão pode ser colocada, pensada, a partir de várias perspectivas. Nos restringiremos, com uma ou outra escapulida, a estudá-la recorrendo à clássica distinção entre as noções do sagrado e do profano e por natural extensão, entre as noções do espaço sagrado e do espaço profano.

O sagrado, numa primeira distinção, é aquilo que se opõe ao profano, é o inefável, o **arreton**, ou ainda o **numinoso** para utilizarmos a expressão consagrada por Rudolf Otto (1). Uma das caarcterísticas do sagrado é que êle necessita, para ser apreendido pelos homens, de sinais visíveis, pertencentes pois ao mundo profano, de hierofanias enfim... O templo seria assim o lugar, o espaço por excelência do sagrado. Importa todavia, precisar a origem e o sentido desta noção, em aparência simples mas, de fato extremamente complexa, o que nos dará talvez oportunidade de complementar ou mesmo reformular a resposta à pergunta inicialmente colocada.

A noção de espaço sagrado fazia parte, para os povos primitivos, de um sistema coerente, de um certo modo de ver o mundo, de uma cosmovisão, podemos dizer, que se caracteriza pelos seguintes pontos (2):

a. um lugar sagrado constituía uma ruptura na homogeneidade amorfa do espaço.

b. esta ruptura simbolizava uma **abertura,** por meio da qual se tornava possível a passagem, a comunicação de um certo tipo de região cósmica para outra (do Céu à Terra, da Terra ao Mundo dos mortos, etc.). Esta comunicação era expressa indiferentemente por um certo número de imagens místicas referentes ao que se convencionou chamar de **Axis Mundi:** escadas (Jacob), postes, montanhas, árvores sagradas, etc.

Para o homem religioso (Homem primitivo) o espaço portanto, não era homogêneo, existiam nêle fissuras, locais privilegiados, locais enfim em que o sagrado se manifestava ou tinha se manifestado. Mal comparando, eram espaços semelhantes a certos locais mais ou menos excepcionais a que ainda hoje o homem contemporâneo costuma se referir: o lugar de uma experiência infantil ou juvenil particularmente importante, o local do primeiro amor, etc. Êste sentido de espaço era vivido de modo tão intenso que na verdade o único espaço real, de fato existente, era o espaço sagrado, sacralizado por uma hierofania. Esta não-homogeneidade do espaço equivalia a uma sorte de experiência primordial, a uma **fundação do Mundo.** Era a partir de uma ruptura espacial, pela manifestação de uma hierofania, que o **seu Mundo** se constituía. Para o homem religioso, portanto, a ruptura do espaço é que fazia com que se descobrisse um ponto fixo, um eixo central — **Axis Mundi** — em tôrno do qual tudo se organizava.

Uma hierofania, isto é, uma manifestação do sagrado, num ponto qualquer é que fundava, dava nascimento ao Mundo. Esta noção se opunha por outro lalo, à de Chaos, entendida como todo o espaço não organizado, não sacralizado.

Um exemplo extremamente ilustrativo da atitude religiosa nos é dado pelo ato de construir uma casa, habitá-la, desde que isto solicitava uma decisão vital para o indivíduo, se tratava de assumir a criação do Mundo que se tinha escolhido para morar. Por essa razão, construir uma simples moradia representava tomar uma grave decisão, pois era a própria existência Humana que se encontrava engajada. Tratava-se de criar o seu próprio Mundo, assumir a responsabilidade de o manter e de o renovar. Não se trocava, nos diz Mircea Éliade, de coração leve como hoje, pois não era fácil abandonar o **seu Mundo.** Outros exemplos: Os Vedas assimilavam a elevação de um altar à construção do Mundo. A água em que misturavam a argila era identificada à água primordial; a própria argila à terra, as paredes laterais à atmosfera e assim por diante.

O poste sagrado, uma das imagens cosmológica mais difundidas, da Terra sustentavam o Céu, abrindo caminho para o Mundo dos deuses. Muitos dêles eram divididos em três partes. A primeira mergulhava na Terra, simbolizando uma ligação com o Mundo dos mortos, que assimilavam também ao Mundo não organizado, ao Chaos enfim; a segunda parte simbolizava a Terra, o Mundo dos vivos, e a terceira que se projetava para os Céus, em geral através de uma abertura no teto da habitação, simbolizava o Mundo dos Deuses. Assegurava-se assim uma perfeita comunicação entre os três Mundos. Esta imagem, por outro lado,

nos revela também um dos significados profundos da noção de espaço sagrado. O poste estava localizado no centro, no meio do Mundo, a meio caminho do Mundo dos mortos e dos deuses. O poste e a nossa Terra, que êle sacralizava, eram assim sagrados porque estavam mais do que tudo próximo do Céu. Eram assim um **Centro do Mundo,** desde que eram o lugar privilegiado por onde se podia comunicar com o mundo dos mortos e com o mundo dos deuses. O simbolismo do **Centro do Mundo** implicava, por sua vez, numa série de imagens cosmológicas que podemos sistematizar do seguinte modo (3):

a. as cidades sagradas e os santuários se encontravam sempre no **Centro do Mundo;** a multiplicidade de centros do mundo não causava a menor dificuldade para a estrutura mental dêstes povos, de resto se tratava de um espaço existencial e não de um espaço geomético.

b. os templos eram as réplicas da Montanha Sagrada sendo portanto assim, o lugar por excelência entre o Céu e a Terra. A Montanha Sagrada, como vimos, era um dos símbolos referentes ao **Axis Mundi.**

Os templos eram assim assimilados às montanhas cósmicas. Os Ziqqurats eram montanhas cósmicas; os seus sete andares figuravam os sete céus planetários que o sacerdote deveria percorrer para chegar ao Mundo dos deuses. O rochedo sôbre o qual foi construído o templo de Jerusalém, o Tehôm, simbolizava o Chaos aquático e o Mundo dos mortos. Êste Chaos simbolizava o regresso ao amorfo efetuado pela morte, o retôrno à modalidade larvar de existência tanto quanto o Chaos que precedeu à Criação do Mundo por Deus. O Mundo dos mortos era também assimilado, regra geral, ao Chaos que se estendia a partir de suas fronteiras.

Um Mundo só nascia a partir do seu centro, **Axis Mundi.** Na tradição judia, o Todo Poderoso criou o mundo como um embrião, que se espalhou em tôdas as direções. A Criação do Mundo era o arquétipo para quase que todo gesto criador. Tôda obra humana, todo estabelecimento se desenvolvia a partir de um centro, em direção aos pontos cardinais. Aí encontramos a origem da noção de orientação dos templos. Uma aldeia se construía a partir de um cruzamento. Em Bâli, quando se queria construir uma aldeia, se procurava prèviamente uma intercepção natural de dois caminhos que se cruzassem perpendicularmente; construía-se então aí um quadrado central que constituía uma **imago mundi.** Observemos por mera curiosidade que Brasília de Lúcio Costa repete, ainda que profanamente, o mesmo arquétipo, desde que a cidade, como sabemos, resulta do cruzamento de dois grandes eixos que a dividem em quatro quadrantes correspondentes aos quatro pontos cardiais. A divisão da aldeia em quatro partes correspondia a uma divisão do Universo em quatro horizontes. O simbolismo da aldeia se repetia similarmente no santuário, em geral localizado no centro de uma praça. Por vêzes, era uma construção de quatro paredes que correspondiam às quatro direções básicas do espaço, o teto representando a abóbada celeste.

A arquitetura sagrada repetia, como já aludimos, quase da mesma forma o simbolismo cosmológico presente na estrutura das habitações, das vilas e cidades. O ôlho do Domo, assim, nada mais era do que uma versão do poste sagrado que atingia o Céu pela abertura das tendas, simbolizando portanto também, uma ruptura dos níveis, assegurando dêste modo a comunicação com o transcendente.

Na verdade, o problema é um pouco mais complexo. Nas grandes civilizações da antigüidade o templo conheceu uma nova e importante valorização. Êle passou a ser não sòmente uma **imago mundi** como também a ser igualmente a reprodução terrestre de um modêlo transcendental. O próprio judaísmo herdou esta concepção páleo-oriental do templo como cópia de um arquétipo celeste. O templo era uma **imago mundi** por que o Mundo, enquanto que obra dos deuses era sagrado, mas a estrutura cosmológica lhe conferia nova valorização: lugar santo, casa dos deuses, o templo tinha a função de ressantificar contìnuamente o Mundo, desde que êle simultâneamente o representava e o continha. O rei babilônico Gudèa, recebeu de um deus

nive de um plano que tinha sido estabelecido desde tempos imemoriais da configuração dos céus. Para o povo de Israel, os planos do tabernáculo foram feitos segundo modêlos revelados por Jahvé a seus eleitos: "Construirás o tabernáculo e todos os utensílios exatamente segundo os modelos que vou mostrar". (4) A Basílica cristã, e mais tarde a catedral, por um conpromisso com valôres que eram estranhos ao cristianismo, pertencentes ao judaísmo e ao paganismo, retomaram e prolongaram êstes simbolismos. A basílica foi concebida como uma imitação da jerusalém Jeleste.

A estrutura sacral primitiva dêste modo persistiu na consciência cristã. Por exemplo, na igreja bizantina: as quatro partes do interior do templo simbolizavam as quatro direções cardiais. O interior da igreja era o Universo, o altar o Paraíso que se encontrava orientado na direção do oriente, a porta do santuário era chamada a "porta do Paraíso". Na Semana Santa, permanecia aberta durante a realização das cerimônias, o que o Canon Pascal explica pelo fato da saída de Cristo do túmulo para abrir as portas do Paraíso. A direção oeste pelo contrário, era, ou representava a região das trevas, da aflição, da morte, dos locais dos mortos que esperavam a ressurreição dos corpos para o julgamento final. O meio do edifício era a terra. Segundo as concepções do **Kosmos Indikopleusies,** a terra era suposta retangular, limitada por quatro paredes cercadas por uma cúpula. Havia portanto uma perfeita identificação entre imagem do Mundo e concepção espacial do templo.

À custa, no nosso entender, de uma grave contradição que se prolongou até os nossos dias, a Igreja cristã, a **Ecclesia,** tanto quanto o templo sumeriano, passou a ser uma imagem do Cosmos. Inicialmente, o cristianismo marcou sua radical originalidade, libertando o culto de qualquer ligação com locais especiais, pré-determinados, como montanhas santas ou bosques sagrados e misteriosos, ou ainda mesmo de estruturas materiais mais complexas como o Templo de Jerusalém, transportando-os para qualquer parte em que os fiéis pudessem se reunir, pois era o **povo de Deus** a única e verdadeira **Casa de Deus.** "O Deus que fêz o Mundo e tudo que nêle se encontra, não habita em templos construídos pelo homem". (5) A evolução do sentido dos vocábulos pode ajudar a esclarecer a questão. A palavra **Ecclesia** designou inicialmente apenas a assembléia dos fiéis, sem nenhuma referência arquitetônica. (6) Sôbre o caráter radical do cristianismo dos primeiros tempos é ainda interessante notar que em dois dos mais antigos documentos dedicados à organização espacial da assembléia dos fiéis, a **Didascalia** e as **Constituições Apostólicas,** não se faz nenhuma referência ao altar, que na época, ou não existia, ou era reduzido a uma simples mesa de madeira disposta em, e para cada cerimônia, de modo a receber as oferendas; o fato é interpretado como uma necessidade que havia de distinção com as religiões do paganismo em que o caráter material do sacrifício assumia um valor incompatível com a pureza da **mensagem.** Só muito depois é que o "cristianismo acolheu todos os valôres das religiões da Grécia e de Roma e os seus lugares de culto, para nêles, em vez das deusas pagãs, colocar a Virgem Maria", (7) incorporando paralelamente o altar e fazendo com que a **Ecclesia** passasse a designar também o edifício material que abrigava a comunidade.

Feitas estas precisões sôbre a natureza e o sentido do espaço sagrado, estamos de posse dos instrumentos necessários ao entendimento dos problemas atuais da arquitetura cultual. Na análise que fizemos ficou patente o caráter essencialmente cosmológico, sacral da noção de espaço sagrado; vimos também que era esta noção, es-

ta experiência previlegiada que tornava mesmo possível a fundação do Mundo.

O problema todo está em que o fato capital de nossos tempos é o surgimento de uma sociedade planetária dessacralizada, de uma civilização onde os valôres tomam consistência em si mesmos sem nenhum recurso ao transcendente. Mais ainda, para nós, a história se traduz, em última análise, num irrecorrível processo de dessacralização. O Mundo em seu conjunto nos é dado por si-mesmo. Desde a Renascença o Cosmos sob o fogo cerrado da ciência se transforma paulatinamente numa natureza pela ação como que aparentemente mágica de novos demiurgos ou aprendizes de feiticeiro, os cientistas e os técnicos. Um exemplo, um sinal particular destas transformações nos é dado, por exemplo, nas alterações que se efetuaram no conceito, no modo de como encarar a morte a partir da Renascença. A realidade da morte, que até então era descrita em todos os seus horrores com o fim único de tocar a sensibilidade do homem e o fazer detestar o mundo, para poder ganhar a vida eterna, tomou outro, ou melhor, começou a tomar outro significado. Na medida em que se tomou consciência do limite intransponível da existência humana, provocou-se uma crise que cêdo tomou forma de um movimento de libertação do ser humano e valorização das coisas da vida e do mundo. (8)

O fato é que o mundo moderno, surgido das descobertas da ciência física e matemática dos séculos XVI e XVII, da Reforma, da revolução técnica e industrial do século XIX, do socialismo e da psicanálise é um mundo essencialmente dessacralizado. As hierofanias naturais, as religiões sacrais estão assim condenados ao total desaparecimento ou, quando muito, reduzidas ao nível de curiosas sobrevivências de um mundo passado. Os símbolos da humanidade de hoje, em fase de constituição de uma cultura realmente planetária e, para falarmos com Mounier, prestes a iniciar viagem na "rota da mais alta estrêla", são outros e nada nos faz desejar uma volta nostálgica e impossível a tempos passados. As igrejas, por maiores que sejam, estão esmagadas ao lado dos imensos conjuntos residenciais e de escritórios e o problema não é apenas de escala, pois há como que uma mútua e insuperável dificuldade de relacionamento da igreja sacral com a cidade moderna. Não estamos mais na fase do imponente domínio da tôrre nas aglomerações urbanas da terra dos homens, o que era outrora o reflexo do abusivo domínio temporal de um cristianismo **triunfante** mas decididamente ainda pouco amadurecido para o próprio conteúdo de sua mensagem.

A própria habitação dessacralizou-se por completo. Hoje, a casa é uma "machine à habiter", é cada vez mais um produto industrial como todos os outros.

Em outros têrmos, a experiência do espaço sagrado como tal, vai se tornando se é que já não se tornou, progressivamente incompreensível e inapreensível para o homem contemporâneo. Êste fenômeno se liga também por outro lado, harmônicamente, ao processo de urbanização e industrialização do planêta. Há como que uma íntima relação entre a vida campesina, a vida não urbana, e a experiência sacral. No campo sobrevive mais intensamente a noção e o sentido do espaço sagrado. Os elementos naturais, como a água, as estações, os animais, impõem o seu rítimo às atividades humanas. O homem, vivendo sob o signo de fatalidades naturais — sêcas, inundações, etc. — nas quais não tem como interferir senão com a utilização de recursos mágicos, é levado mais fàcilmente a recorrer aos deuses. Quanto mais, podemos portanto assim dizer, agudo é o processo de industrialização, mais dessacralizado se torna o homem. Um problema a analisar seria talvez, o do estudo dêste fenômeno nos países subdesenvolvidos, o que particularmente nos deve interessar. Nêles o crescimento das cidades se efetua, via de regra, sem o paralelo crescimento, ou pelo menos sem o desenvolvimento numa mesma proporção, das atividades industriais. A questão pode ser colocada com o auxílio da relação **campo-cidade.** Ao contrário do que ocorre nos países industrializados, nestes países a influência do campo sôbre a cidade é de certo modo, maior que a da cidade sôbre o campo. A cidade assume um caráter rural em vez do campo se urbanizar. Sobrevive assim aí mais intensamente o sentido do espaço sagrado. Nas regiões altamente urbanizadas, nas regiões desenvolvidas, os símbolos de sociedades pastoris e agrárias (o bom pastor, a videira e seus frutos) não dizem pràticamente mais nada, não levam a nenhuma experiência existencial, reduzidos que foram a simples fórmulas vazias, em que o conteúdo volatizou-se.

Estas constatações, entretanto, ao contrário do que poderiam parecer, não traduzem nenhum pessimismo em relação ao futuro de uma arquitetura destinada ao culto. Marcam ao contrário, pelo menos de um ponto de vista cristão, um extraordinário sinal de amadurecimento do homem, que chegou ao momento de ter a coragem, decisiva para o seu futuro, de abandonar sem nenhuma nostalgia, um mundo sacral, com seus falsos deuses, demônios e ídolos, para viver plenamente num mundo histórico em que o ser humano foi chamado a ser o único responsável. Numa outra linguagem, e num campo todo outro, vivemos numa etapa do processo histórico em que se passa de um conjunto de valôres centrados na noção de ter para a noção de ser.

A igreja pois, como monumento, como coração da cidade, como refúgio secreto, como hiato celeste na terra dos homens, como local ostensivo de manifestações mais ou menos sobrenaturais, mesmo como Casa-do-Deus (o que é na verdade um contrasenso), deixará mais cêdo ou mais tarde de existir.

Refletindo prospectivamente não tenderiam elas a se tornar simplesmente em locais de encontro, de uma comunhão que os homens da cidade necessitam, marcados sobretudo e essencialmente pelo sentido de servir, de hospitalidade, na **casa-do-homem** pròpriamente dita enfim. (9) Constituirá esta orientação um obstáculo ao espírito criador dos arquitetos ou por outro lado será motivo de surprêsa e escândalo? Talvez, mas apenas para aquêles que sabem ou não querem se lembrar de que os cristãos por três séculos não experimentaram nenhuma necessidade maior de templos e também pelo que é muito mais importante, do fato de que a rigor o cristianismo não é uma **religião** ou de que pelo menos não se esgota no religioso. (10) Esta perspectiva que adotamos não é entretanto linear; existem dificuldades. Basta lembrar que, na medida em que não consigamos nos libertar do pêso das estruturas desumanas de uma sociedade de consumo e de uma economia da carência, ela se encontrará ameaçada.

NOTAS

(1) — v. R. Otto — **Le Sacré,** Paris, Payot/ 1949/, pag.22.

(2) — a caracterização que estabelecemos do espaço sagrado foi retirado de Mircea Éliade — **Traité d'Historie des Religions,** Paris, Payot /1953/, pág. 313-331 e **Le Sacré et le Profane,** Paris, NRF Gallimard 1965, 21-59 (Collections Idées).

(3) — **Le Sacré et le profane** — op. cit., pág. 36

(4) — Êxodo, XXV, 8-9.

(5) — Atos, XVII, 24.

(6) — J. Capellades — Em Esprit et en Vérité in **L'Art Sacré,** Paris, 11/12, juillet-aout/1966 (De quelques réflexions prospectives) pág. 5.

(7) — J. Danielou — **Oração Problema Político,** Petrópolis, Vozes/1966/, pág. 69.

(8) — Alberto Tenenti — **La vie et la Mort à Travers l'Art de XVe. siècle,** Paris, Armand Colin, 1953 (Cahiers des annales, n.º 8), pás. 85-89.

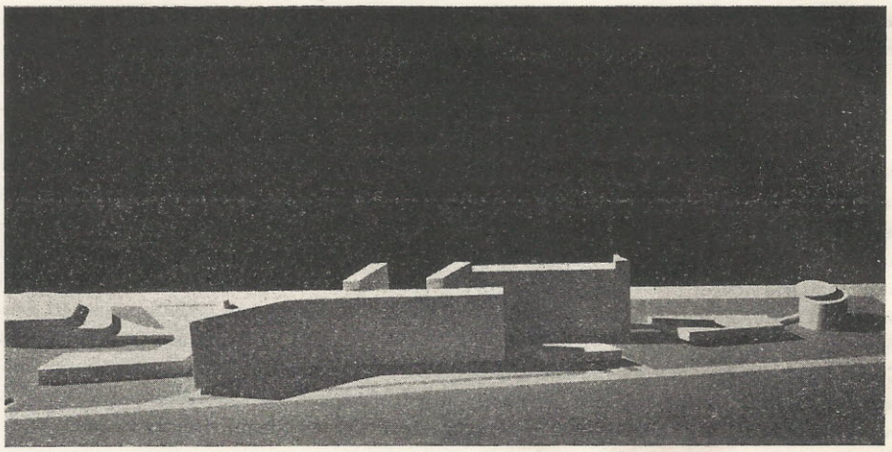
(9) — v. desenvolvimento do tema em D. Fréderic Debuyst — **Architecture Moderne et célébration chrétienne,** Bruges, Bíblica-Desclée de Brouwer / 1966/ (Collection Paróisse et Liturgie) ou ainda o mesmo estudo in Art d'Eglise, Abbaye de Saint André, Bruges, n.ºs 128, 129 e 130/ 1965/.

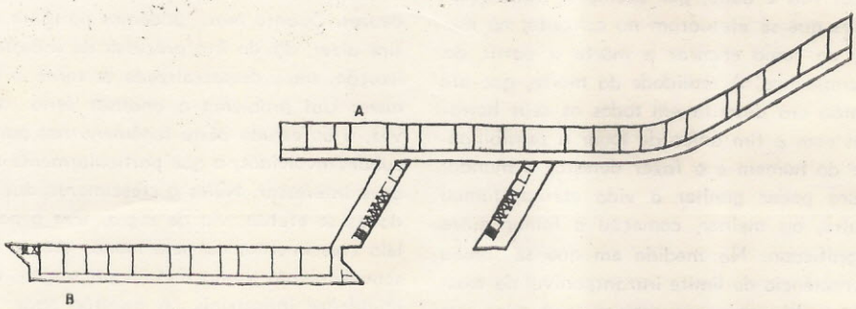
(10) — v. breve exposição da questão em J. Danielou — Hellénisme, Judaísmo, Christianisme; in J. Danielou, C. Durand e outros — **Réponses aux questions de Simone Weil,** Aubier editions Montaigne, / 1964/, págs. 17-39.

Painel

Edifício sede da SUDENE Anteprojeto

Arquiteto: **Glauco Campelo**
Equipe de Colaboradores:
Arquitetos **Marcos Domingues, Armando Holanda, Luiz Lacerda, Cesar Augusto, Cristina Jucá, Newton Vianna, Jorge Martins Jr.**





A Departamentos
B Gabinete da Superintendência
Acessorias
Diretores

O anteprojeto para o Edifício Sede da Sudene, aprovado pela Superintendência dêste órgão em novembro de 1967, foi concebido com a preocupação de atender às necessidades funcionais da Autarquia, e ao mesmo tempo, assinalar expressivamente na paisagem do Recife, a presença do Organismo que planeja, coordena e promove o desenvolvimento do Nordeste.

Neste anteprojeto, procurou-se produzir num conjunto de expressões arquitetônica, a um tempo simples e clara, as características funcionais do programa. O edifício foi concebido como um todo harmonioso: dois eixos paralelos de circulação e interligados asseguram o ordenamento de circulação entre as diversas partes, mantendo a disciplina e a unidade de conjunto. Tais eixos, orientados na direção norte-sul, estendem-se segundo a maior dimensão do terreno.

No **eixo das atividades fins,** ficarão os Departamentos: na lâmina de 13 pavimentos os gabinetes e salas de trabalho, à direita desta lâmina os laboratórios e à esquerda a Biblioteca Central.

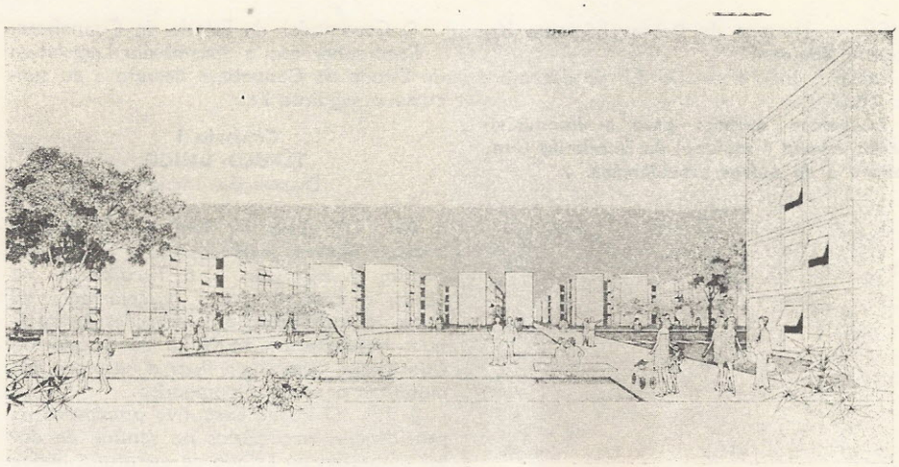
Ao longo **do eixo das atividades de apoio,** ficarão, também numa lâmina de 13 pavimentos, o gabinete da superintendência, Coordenação Geral de Planejamento, o Auditório Geral, a Assessoria Jurídica e as Diretorias de Pessoal, Financeira e de Serviço Gerais. Ligados às áreas de distribuição de público dêste eixo, estarão o Conselho Deliberativo e o Auditório. Na extremidade esquerda, a Associação dos Servidores, a Cooperativa, os Serviços de Assistência e o Restaurante Central.

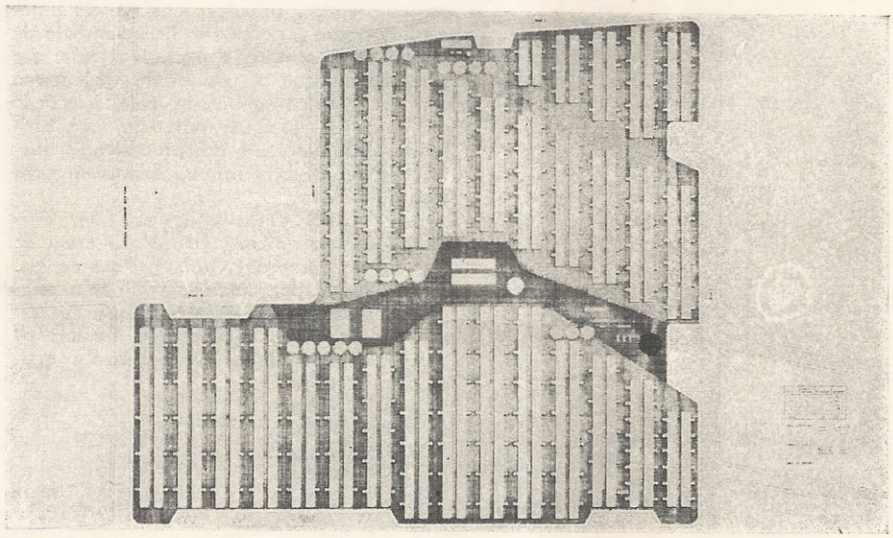
No térreo, onde estão previstas áreas livres para a entrada e saída do público e dos funcionários, foi reservado espaço para instalação de lojas, bancos, correios, telefones, etc. No subsolo, a garagem, os almoxarifados, os depósitos e as oficinas de manutenção estarão ligadas ao conjunto pela circulação vertical.

O estacionamento para veículos de funcionários foi localizada também no subsolo, a fim de libertar o térreo e os jardins para a circulação de pedestres.

Conjunto Residencial para as Cooperativas habitacionais de Santos

Oswaldo Correa Gonçalves IAB-SP
Colaboradores:
Paulo Buccolo Ballario
José Wagner Ferreira





Dentro do plano nacional de habitação, com construção a ser financiada pelo B N H, e orientada pelo Instituto de Orientação as Cooperativas — INOCOOP — foi realizado concurso de ante-projetos entre cinco equipes de arquitetos para conjunto habitacional a ser construído em terreno na Ponta da Praia em Santos.

A comissão julgadora, composta dos arquitetos Ícaro de Castro Melo, Abelardo Gomes de Abreu, e Rodolfo Dini, classificou em 1.º lugar o projeto de Oswaldo Corrêa Gonçalves que contou com a colaboração dos arquitetos Paulo Buccolo Ballario e José Wagner Ferreira.

O programa exigia 224 apartamentos de 33m, 1424 de 45m² 688 de 60m² e 464 de 70m² perfazendo o total de 2.800 apartamentos, e a área de construção de aproximadamente 150.000m².

A área do terreno é de 81.424 m². Os edifícios não terão elevador e terão utilização obrigatória do térreo para apartamentos, de acôrdo com o plano financeiro do B N H.

O projeto vencedor tem as seguintes principais características:

Blocos alongados com unidade ligadas, orientados no sentido Norte-Sul. Insolação nascente e poente em cada lado de cada bloco. Direção dos blocos (Norte-Sul) permitindo aeração pelos ventos provenientes do mar. Circulação de veículos e estacionamento periférico, com preservação exclusiva para pedestres de tôda a área interna. Presença de grande espaço verde no centro da gleba onde se poderá instalar sistema de recreio bem como outros equipamentos comunitários como escola, pôsto de saúde etc.

Para as unidades de habitação foi adotada escada externa ao bloco, reduzindo-se ao mínimo a área comum com a supressão de corredores de acesso. A Modulação adotada no dimensionamento dos compartimentos facilita o sistema estrutural de pilares, vigas e lages, dando condições de utilização quer do sistema tradicional quer do sistema pré-fabricado de construção. O mesmo critério foi considerado nos painéis verticais que compõem os vãos das aberturas exteriores. Todos os banheiros têm iguais dimensões.

GB — **Normas do Desenvolvimento Urbano e Regional**

Lei N.º 1.574 — De 11 de dezembro de 1967

Estabelece normas para o desenvolvimento urbano e regional do Estado da Guanabara e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
TÍTULO ÚNICO
Disposições Iniciais

Art. 1.º Esta lei tem por finalidade instituir normas genéricas sôbre o licenciamento, a execução e a fiscalização de obras, o zoneamento, o parcelamento da terra, as instalações e explorações de qualquer natureza no território do Estado da Guanabara, bem como fixar a natureza dos materiais a serem empregados.

§ 1.º O Poder Executivo promoverá as providências necessárias no sentido de dotar os órgãos do Estado de estrutura, meios e normas adequadas ao exato cumprimento das disposições dêste artigo.

§ 2.º VETADO.

Art. 2.º A responsabilidade pelos diferentes projetos, cálculos e memoriais apresentados para o necessário licenciamento de obras, cabe sempre e exclusivamente aos profissionais que os assinarem. Da mesma forma, a responsabilidade pela execução de obras de qualquer natureza será atribuída exclusivamente aos profissionais que, no respectivo projeto, o assinarem com essa finalidade.

§ 1.º Nos casos onde se fizer desmonte de terrenos ou extração de areia de rio ou de terreno, para fins comerciais, industriais ou particulares, exigir-se-á sempre a assinatura de têrmo ou carta de responsabilidade nos quais serão fixadas as obrigações por danos eventualmente causados a terceiros.

§ 2.º Vetado.
§ 3.º Vetado.
§ 4.º Vetado.
§ 5.º Vetado.
§ 6.º Vetado.
§ 7.º Vetado.
§ 8.º Vetado.

Art. 3.º Às repartições do Estado cabe apenas o encargo do exame de projetos, cálculos e memoriais a elas apresentados para autorização do licenciamento das obras decorrentes. Nessa verificação será examinado, nos seus pormenores, o atendimento do que estabelecerá esta lei em sua regulamentação para o que serão feitas as exigências ao seu cumprimento.

Parágrafo único. Uma vez enquadrados nos preceitos da presente lei, os documentos e desenhos que constituem os projetos, cálculos e memoriais, serão visados pela repartição competente, não cabendo ao Estado qualquer responsabilidade pelo mau uso dos mesmos.

Capítulo II
TÍTULO I
Do Licenciamento

Art. 4.º Ressalvados os casos explicitamente determinados, não poderão ser executados em qualquer zona do Estado da Guanabara, obras, instalações ou explorações de qualquer natureza sem a devida licença.

Art. 5.º O processamento e a expedição das licenças de obras, instalações ou explorações de tôda a natureza, serão efetuados de acôrdo com as instruções próprias baixadas pelo Secretário de Estado de Obras Públicas e na forma prevista por esta lei.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º As obras do Poder Público estão sujeitas à aprovação e licença, tendo o exame do pedido de preferência sôbre outro qualquer.

§ 3.º Independem de licença as pinturas e os pequenos consertos de prédios, a construção de galerias e caramanchões e jardins, as pavimentações a céu aberto, bem como as instalações de antenas e bombas elevatórias de água.

§ 4.º A aprovação de um projeto poderá ser cancelada pela autoridade que a tenha aprovado ou autoridade superior, antes do pagamento da licença, caso seja verificada falta de imposição de qualquer exigência regulamentar anterior ou posteriormente publicada, ou decorrido o prazo de dois meses, a contar da data da sua publicação, do despacho concessório.

Art. 6.º Nas regras gerais de licenciamento que serão definidas em regulamento, deverão ser previstas as condições de obrigatoriedade, competência e maneira de requerer, bem como as pessoas hábeis para tanto. Também serão reguladas a forma da apresentação dos projetos e a situação dos profissionais e firmas habilitados a projetar, calcular e construir.

Art. 7.º Deverão ser previstas pela regulamentação desta lei as condições peculiares para o licenciamento das entidades competentes da administração direta e indireta do Estado da Guanabara.

TÍTULO II
Da Fiscalização

Art. 8.º O Estado se reserva o direito de, pelas suas repartições competentes, proceder a vistorias administrativas, sempre que o justificar o interêsse coletivo e, preventivamente, quando houver indícios de ameaça a integridade física de pessoas ou bens de terceiros, quer se trate de terras ou de rocha, quer de construções ou instalações, total ou parcialmente executadas.

Parágrafo único. As vistorias administrativas serão também promovidas quando se verificar a obstrução ou desvio de cursos d'água, perenes ou não, bem como sempre que deixar de ser cumprida, no prazo nela fixado, intimação feita para a legalização ou para a demolição parcial ou total, de qualquer construção ou instalação ou para execução de obras de contenção, regularização ou fixação de terras ou rochas.

Art. 9.º Serão passíveis de punição os responsáveis pelas infrações dos dispositivos desta lei ou dela emanados.

Parágrafo único. Serão especificadas, na regulamentação desta lei, as diferentes espécies de penalidades.

Art. 10. Na regulamentação da presente lei, serão estabelecidos os tipos e formas de procedimento fiscal e definida a competência dos diferentes órgãos em relação à fiscalização das obras e atividades licenciadas.

Art. 11. Normas peculiares deverão ser previstas para a fiscalização das obras do Govêrno em geral, quando da regulamentação da presente lei.

Capítulo III
TÍTULO ÚNICO
Do Zoneamento

Art. 12. O Estado da Guanabara, para efeito de aplicação das disposições constantes do artigo 1.º, será dividido em zonas que serão delimitadas e indicadas por simbologia adequada no mapa de zoneamento que, com suas notas explicativas fica fazendo parte da regulamentação desta lei.

Art. 13. Em cada zona, a terra e as edificações só poderão ser usadas para os fins especificados no Quadro Geral de Uso da Terra (Art. 16) e suas regulamentações através dos Quadros Complementares de Uso da Terra.

§ 1.º Todo uso ou edificação existente à data da promulgação ou de alteração subsequente desta lei, mas não em conformidade com sua regulamentação, será mantido com as limitações previstas no parágrafo seguinte.

§ 2.º Qualquer uso ou edificação que não satisfaça a regulamentação desta lei não poderá ser:

I — Substituído por outro uso não conforme;

II — Restabelecido após seis meses de descontinuidade;

II — Prorrogado, embora concedido tempo àriamente a não ser em conformidade com a regulamentação do zoneamento;

IV — Reconstruído após avaria que tenha atingido sessenta por cento de sua área total de construção.

Art. 14. Em qualquer zona, tôda edificação existente ou que sofra modificação ou que sofra modificação em sessenta por cento de sua área total de construção, a partir da vigência desta lei, deverá obedecer aos afastamentos mínimos, à altura máxima, ao índice do aproveitamento da área, ao número de unidades de uso permitidos por lote fixada para cada zona tipo de uso, intensidade e forma de uso indicados no Quadro Geral de Uso da Terra e Quadros Complementares de Uso da Terra que o regulamentam.

Parágrafo único. Nenhum afastamento ou área de ventilação e iluminação, exigidos para qualquer edificação, poderá, durante a sua existência, ser ocupado ou considerado como espaço livre para qualquer outra construção ou edificação.

Art. 15. Áreas de estacionamento de veículos, cobertas ou não, serão previstas nos diferentes lotes.

§ 1.º O espaço para o estacionamento deverá permitir o acesso de veículos, do ou para o logradouro e ser considerado como espaço livre associado ao uso ou usos permitidos e não poderá, em nenhum tempo, ser reduzido, de qualquer forma.

§ 2.º Os Quadros Complementares de Uso da Terra que regulamentam o Quadro Geral de Uso da Terra ao estabelecerem as particularidades de cada zona fixarão as condições em cada uma delas para atender aos casos em que não seja possível aplicar êste artigo pelas características peculiares da zona ou lote.

Art. 16. Ficam estabelecidas as zonas e os tipos de uso constantes do Quadro Geral de Uso da Terra, adiante exposto, com as informações necessárias a seu enrespondente.

Obs.: No Quadro Geral de Uso da Terra, a coluna referente aos usos discrimina os fixados nesta lei; a linha referente às zonas discrimina as que serão delimitadas no Estado da Guanabara. Na intercessão das linhas e colunas referentes a cada uso e zona encontra-se uma quadrícula na qual está indicado:

1) Pelas letras **AD** que o uso é adequado e predominantemente na zona correspondente.

2) Pelas letras **IN** que o uso é inadequado e não compatível com a zona correspondente.

3) Pelas letras **TO** que o uso é tolerado na zona correspondente desde que cumpra as exigências de intensidade, dimensão, forma, etc. a serem fixadas nos quadros complementares de uso da terra de regulamentação desta lei.

4) Pelas letras **SF** que as condições de uso serão fixadas de acôrdo com a região onde se pretende localizá-lo.

§ 1.º A caracterização dos usos permitidos para cada zona e a especificação de seus tipos e subtipos serão feitas junto com os quadros complementares de uso da terra ou farão parte da regulamentação desta lei.

§ 2.º Para facilitar a aplicação desta lei será organizada na sua regulamentação a lista de usos existentes e previstos permitidos nas várias zonas indicando como êles se grupam dentro da classificação apresentada no quadro geral do uso da terra.

Quadro Geral de Uso da Terra

ZONAS	Residencial	Central	Centro-Bairro	Industrial	Rural	Turística	Recreativa Reserva verde	Especial
Residencial	AD	TO	TO	TO	TO	TO	TO	TO
Comercial	TO	AD	AD	TO	TO	TO	IN	IN
Profissões e Negócios	TO	AD	AD	TO	IN	TO	IN	IN
Indústria Leve	TO	TO	TO	AD	TO	TO	IN	IN
Indústria em Geral	IN	IN	IN	AD	TO	IN	IN	IN
Indústria Nociva ou Perigosa	IN	IN	IN	AD	TO	IN	IN	IN
Educacional	TO	AD	AD	TO	TO	TO	TO	IN
Recreacional	TO	AD	AD	IN	TO	AD	TO	IN
Saúde-Assistencial	TO	AD	AD	IN	TO	IN	TO	IN
Cultivo-Lavra da Terra	IN	IN	IN	IN	AD	TO	TO	IN
Non Altiustolandi-Proteção	TO	TO	TO	TO	TO	TO	AD	AD
Non Aedificandi-Espaço Aberto	TO	TO	TO	TO	TO	TO	AD	AD
Outros Tipos	SF	SF	SF	SF	SF	SF	SF	SF

Capítulo IV
TÍTULO I
Do parcelamento da terra
Logradouros

Art. 17. Para os efeitos desta lei os logradouros deverão ser classificados quanto à natureza, espécie, categoria e função.

Art. 18. Os logradouros públicos e os oficialmente reconhecidos terão designação própria.

Art. 19. Todos os edifícios terão numeração própria com placa oficial em lugar visível e as partes autônomas, lojas, apartamentos, salas e grupos serão também devidamente numerados.

Art. 20. Só serão realizadas obras de abertura de logradouros públicos ou particulares mediante autorização prévia pelas repartições competentes, que deverão fiscalizar sua execução posterior, aplicando-se a presente determinação inclusive às permissionárias de serviços públicos.

Parágrafo único. Depende também da autorização de que trata êste artigo a execução daquelas obras, quando realizadas por quaisquer órgãos públicos.

Art. 21. As reposições de pavimentação, realizadas pelas Companhias ou Emprêsas Concessionárias de Serviços Públicos, entidades paraestatais, de economia mista ou qualquer órgão do Govêrno da União, diretamente ou por meio de empreiteiros, mas sob a sua responsabilidade, além das prescrições técnicas vigentes previstas para as obras executadas pelo Govêrno do Estado deverão obedecer às normas que sôbre o assunto determinem os regulamentos.

Art. 22. A construção e a manutenção dos passeios dos logradouros dotados de meios-fios são obrigatórias em tôda a extensão das testadas dos terrenos, edificada ou não, e serão feitas pelos respectivos proprietários ressalvados os casos explicitamente definidos em regulamento.

Art. 23. A arborização e o ajardinamento dos logradouros públicos serão projetados e executados pelo Govêrno do Estado.

Parágrafo único. Nos logradouros abertos por particulares, correm por conta dos responsáveis a promoção e o custeio da respectiva arborização cujo projeto e fiscalização cabem todavia ao Govêrno do Estado.

Art. 24. Serão baixadas na forma prevista por esta lei as disposições relativas à conservação e limpeza dos logradouros e precauções a serem observadas durante a execução das obras nêles efetuadas, visando à segurança pública.

§ 1.º Nenhum material poderá permanecer na via pública além do tempo necessário à sua descarga e remoção, salvo quando se destinar a obras a serem realizadas no próprio logradouro.

§ 2.º Vetado.

§ 3.º A usurpação ou invasão da via pública bem como a depredação ou destruição de quaisquer benfeitorias do Estado, sujeitará o infrator às penas que forem estabelecidas por lei.

TÍTULOS II
Terrenos

Art. 25. A ninguém, pessoa física ou jurídica, é lícito efetuar sem prévia autorização da repartição competente, o parcelamento ou remembramento de áreas dos imóveis de sua propriedade, estendendo-se a interdição dêste artigo aos concessionários ou permissionários de serviços públicos.

§ 1.º A proibição acima estende-se a todos os atos relacionados com o parcelamento ou remembramento, mesmo que efetuados em Juízo.

§ 2.º Embora satisfazendo às demais exigências desta lei qualquer projeto de parcelamento ou remembramento poderá ser recusado ou alterado, total ou parcialmente, pelo órgão estadual competente, tendo em vista:

1) O Plano de Desenvolvimento Urbano do Estado da Gunabara;

2) o desenvolvimento da região;

3) a defesa das reservas naturais;

4) a preservação de pontos panorâmicos;

5) a manutenção de aspectos paisagísticos, todos êles a serem fixados na regulamentação pertinente ao zoneamento do Estado da Guanabara.

Art. 26. Além dos casos explicitamente previstos no art. 25 não poderão ser executados, sem a prévia licença do órgão estadual competente, as seguintes obras nos terrenos:

1) Construção de muralha de sustentação;

2) abertura, regularização, desvio, canalização, capeamento de valas ou cursos d'água, perene ou não;

3) lançamento e canalização para logradouros das águas pluviais;

4) consolidação e proteção contra erosões;

5) terraplenagens;

6) vedação e fechamento.

Art. 27. Os proprietários dos terrenos ficam obrigados à fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras, por meio de obra e medidas de precaução contra erosões de solo, desmoronamento e contra carregamento de terras, materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas ou canalizações públicas ou particulares e logradouros públicos.

Art. 28. Os danos, usurpação ou a invasão da via ou servidão públicas, bem como das galerias e cursos d'água, perenes ou não, ainda que situados em terreno de propriedade particular, constatáveis em qualquer época. serão punidos.

Art. 29. Caso o imóvel onde se pretende efetuar atos dependentes de licença, esteja atingido por projeto de urbanizaaceitação de obras ou concessão do "habição ou de modificação de alinhamento, dedura (conforme o caso) anteriormente à verão ser efetivados o recuo ou a investite-se" (mesmo parcial).

Art. 30. Tôdas as vêzes em que a licença a ser expedida importar na criação de logradouros públicos, deverá o proprietário do imóvel transferir para o Estado Guanabara, antes da aceitação das obras, a propriedade das áreas reservadas para os mesmos logradouros acima como a daquelas que devem ser doadas.

Parágrafo único. Só será permitida a construção em lote devidamente transcrito no Registro Geral de Imóveis e o seu aproveitamento será de acôrdo com a finalidade prevista nos planos de desenvolvimento do Estado.

Capítulo V
TÍTULO ÚNICO
Das construções e edificações

Art. 31. Não poderão ser executadas, sem prévia licença do órgão estadual competente, obras de construção e reconstrução parcial ou total de edificações de qualquer natureza, bem como os consertos, reformas e modificações em prédios existentes.

Parágrafo único. Serão especificadas, na forma desta lei, as obras que dependem de simples comunicação e as que independem da mesma.

Art. 32. As regras disciplinadoras de iluminação e ventilação dos compartimentos e seus usos serão previstos na regulamentação desta lei que disporá ainda, acêrca dos preceitos relativos aos pisos, paredes, coberturas, fachadas, caixas d'água, escadas, elevadores e outros elementos de edificação.

Art. 33. Nenhuma construção ou edificação, seja qual fôr a sua natureza, poderá ser feita sem que seja fornecido, pela repartição estadual competente o têrmo de alinhamento, altura da soleira e as respectivas numerações.

Art. 34. Serão reguladas, na forma como prevê esta lei, as condições de obstrução transitória ou permanente de logradouros públicos e vistas panorâmicas, bem como as relativas a obras de qualquer espécie nas fachadas.

Art. 35. O dimensionamento das construções é função das condições peculiares às zonas, bem como dos índices da densidade demográfica e de aproveitamento, obedecendo as condições de segurança, higiene e estética, atendendo às necessidades de trânsito, transporte, estacionamento e outros serviços públicos.

Art. 36. As obras de acréscimo quer no sentido vertical, quer no horizontal, modificação ou melhoria das condições higiênicas dos prédios existentes, serão executadas na forma prevista pelo regulamento atendendo também ao que dispõem, nêsse particular, os regulamentos de saúde e soneamento.

Art. 37. Nas demolições de qualquer natureza além das medidas de higiene e seguranca exigíveis pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelo Código de Saúde, serão observadas as disposições previstas pelo regulamento.

Parágrafo único. Ao verificar a paralisação de uma obra por prazo superior a dois meses, o terreno será fechado por muro, o passeio construído, devendo ser retirado qualquer material cuja queda possa ocasionar acidentes e fechados os vão da fachada.

Art. 38. Finda a execução de qualquer obra, com observância de tôdas as prescrições legais, deverá ser pedida e concedida a aceitação pela autoridade fiscalizadora.

Parágrafo único. Verificada a inobservância de qualquer prescrição legal, o pedido será indeferido, e consequentemente aplicada a penalidade cabível.

Art. 39. Para a execução de qualquer obra será permitida a construção de andaimes fixos ou suspensos, e obrigatória a construção de tapumes.

Art. 40. Os materiais empregados nas construções deverão obedecer às especificações dos laboratórios de ensaios de materiais, oficiais ou particulares, podendo o Govêrno do Estado dar fôrça obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e sob forma de regulamento complementar à presente Lei, inclusive quanto a quaisquer outras normas da mesma ABNT.

Capítulo VI
TÍTULO ÚNICO
Do movimento de terras e explorações

Art. 41. Para casos especiais, além das exigências usuais previstas na forma desta lei, o Poder Executivo poderá estabelecer normas específicas de acôrdo com a natureza do movimento de terras ou exploração e com as prescrições técnicas aconselháveis.

Capítulo VII
TÍTULO ÚNICO
Das instalações

Art. 42. Para os efeitos desta lei, as instalações são divididas em instalações mecânicas em geral e instalações especializadas.

Art. 43. As disposições desta lei deverão abranger as condições para o assentamento e o funcionamento das instalações a que se refere o artigo 44.

Art. 44. O assentamento de instalações, seja para uso particular, está sujeito à licença na forma prevista por esta lei.

Parágrafo único. Para o assentamento de instalação a que se refere êste artigo, deverão ser atendidas em todos os casos as recomendações das regulamentações de zoneamento, saúde e segurança do trabalho.

Art. 45. As instalações serão subordinadas às seguintes disposições referentes à sua fiscalização:

1) Disposições relativas às declarações;
2) disposições relativas aos certificados;
3) disposições relativas às condições de instalação e funcionamento;
4) disposições relativas a profissionais e firmas.

Capítulo VIII
TÍTULO ÚNICO
Das multas e penalidades

Art. 46. As infrações às disposições da presente lei e de sua complementação serão punidas com multas e outras sanções, como o embargo de obras a demolição, o desmonte e outros, conforme escalonamento de penalidades que a regulamentação determinará.

§ 1.º As multas serão proporcionais ao valor das obras ou instalações executadas ilegalmente e as demais fixadas em tabela própria que poderá ser atualizada em cada exercício.

§ 2.º Nas reincidências ou no não cumprimento das intimações, após a aplicação da primeira multa, as demais serão aplicadas em dôbro.

Art. 47. No caso de haver duplicidade de autuação, prevalecerá o auto da data mais antiga e se a data fôr a mesma, prevalecerá o da Secretaria de Obras Públicas e depois o da Circunscrição Fiscal.

Art. 48. A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de consumada a infração.

Art. 49. O pagamento de multa não sana a infração, ficando o infrator na obrigação de legalizar as obras ou instalações executadas sem licença ou demoli-las e desmontá-las.

Capítulo IX
TÍTULO ÚNICO
Anúncios

Art. 50. Vetado.
Art. 51. Vetado.
Art. 52. Vetado.

Capítulo X
TÍTULO ÚNICO
Disposições finais

Art. 53. Quando em decorrência de obra ou de quaisquer fenômenos que alcançam a propriedade imobiliária privada, se configurar ameaça à integridade física de pessoas ou bens. o Estado poderá adotar, à sua custa, tôdas as medidas que se fizerem necessárias, sempre que não foram elas executadas pelos responsáveis diretos ou proprietários nos prazos constantes das respectivas intimações, cobrando dos mesmos os custos que houver suportado, acrescidas de correção monetária e de multa de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1º Vetado.

§ 2.º Vetado.

Art. 54. A ocupação para fins comerciais de calçadas — empachamento — será concedida a critério da autoridade competente na área do serviço de fiscalização, observadas as peculiaridades de cada ponto de comércio e de cada região.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 55. Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 56. Vetado.

§ 1.º Vetado.
§ 2.º Vetado.
§ 3.º Vetado.
§ 4.º Vetado.
§ 5.º Vetado.
§ 6.º Vetado.
§ 7.º Vetado.
§ 8.º Vetado.

Art. 57. Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 58. A partir da data indicada no artigo 59, ficam revogados todos os atos (Leis, Decretos, Portarias, Ordens de Serviço) ou parte dêsses atos que digam respeito à matéria tratada por esta lei e pelo regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo e que colidam com o que fôr determinado por êsses últimos diplomas.

Art. 59. Esta lei entrara em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação, simultâneamente com os atos normativos complementares.

§ 1.º Os expedientes administrativos formados até a data do início da vigência desta lei serão decididos de acôrdo com a legislação anterior, desde que não sejam arquivados ou caiam em perempção.

§ 2.º Os alvarás de licença de obras não iniciadas não poderão ser prorrogados ou revalidados sem obedecer às disposições desta lei.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1967. — 79.º da República e 8.º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA.
Alvaro Americano
Raymundo de Paula Soares
Armando Salgado Mascarenhas
Hildebrando Monteiro Marinho
Gonzaga da Gama Filho
Dario Coelho
Márcio de Mello Franco Alves
José Bonifácio Diniz de Andrada
Humberto Braga
Victor de Oliveira Pinheiro
Cotrim Neto
Nilton Mendes Gonçalves
Carlos Rocha Mafra de Laet

(D. O.-GB de 13 de dezembro de 1967. Capa).

Quem Especifica?

LAMBRIS
LOUÇA SANITÁRIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINÁRIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMÍNIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELÉTRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FÔRMAS

O ARQUITETO

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

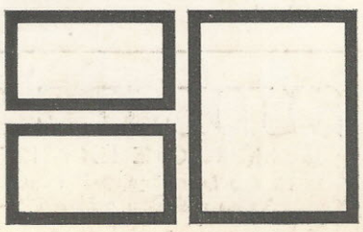
A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

Utilidades para a casa
escolhidas na produção nacional
pelas características de
forma e função — bom desenho

Equipamentos de interior, utensílios e mobiliário
em madeira, aço inoxidável, porcelana, cristal,
cerâmica, tecido, couro e plástico

Loja do Bom Desenho

Visconde de Pirajá, 210-A
Rio de Janeiro